



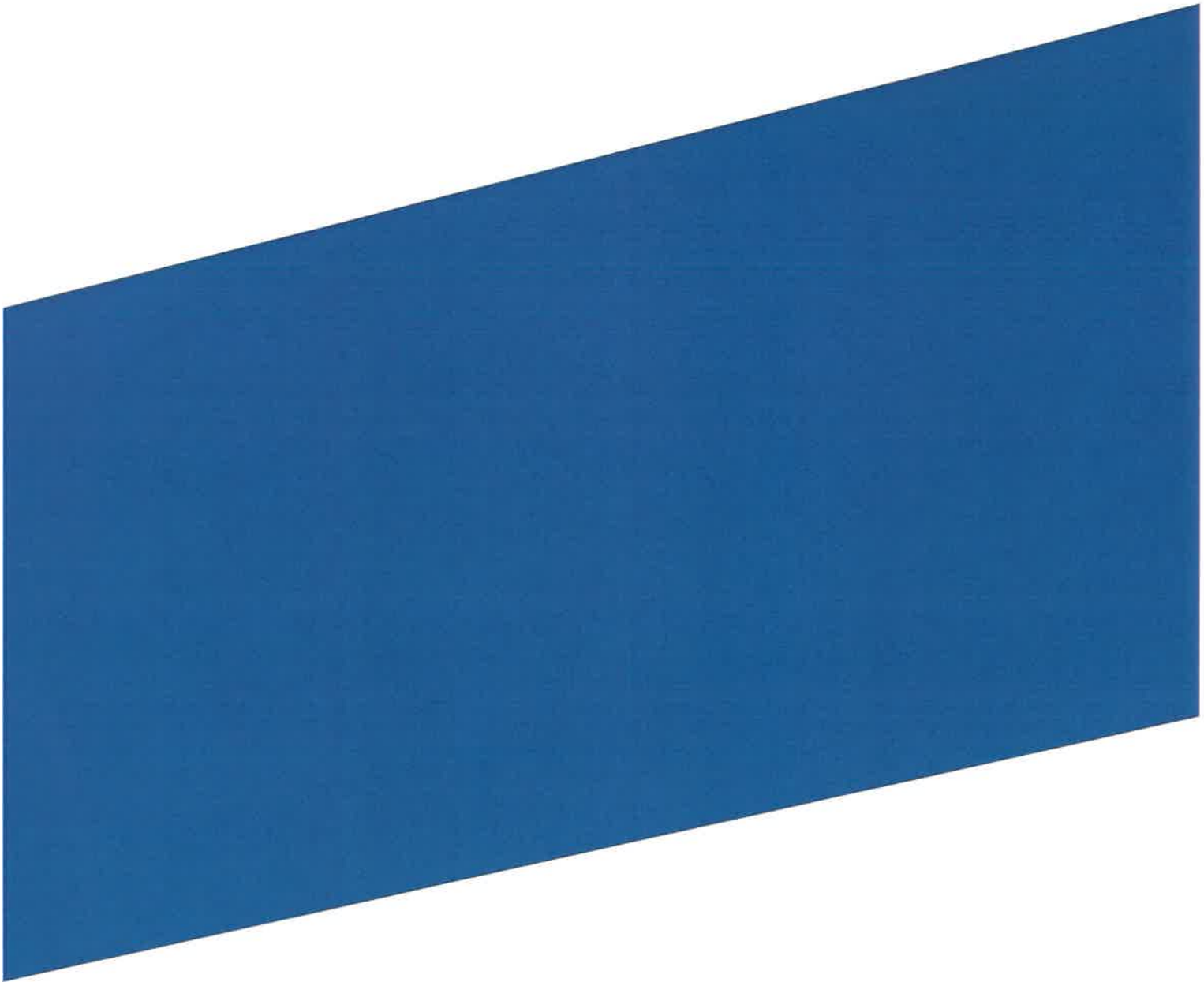
RELATÓRIO
CONTAS
CONSOLIDADAS



2018

Índice

Enquadramento.....	3
Perímetro de Consolidação.....	6
Método de Consolidação.....	10
Balanço Consolidado.....	12
Demonstração Consolidada dos Resultados.....	16
Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados.....	19
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	22
Posição Económica Financeira.....	40
Encerramento.....	53





Enquadramento

Enquadramento

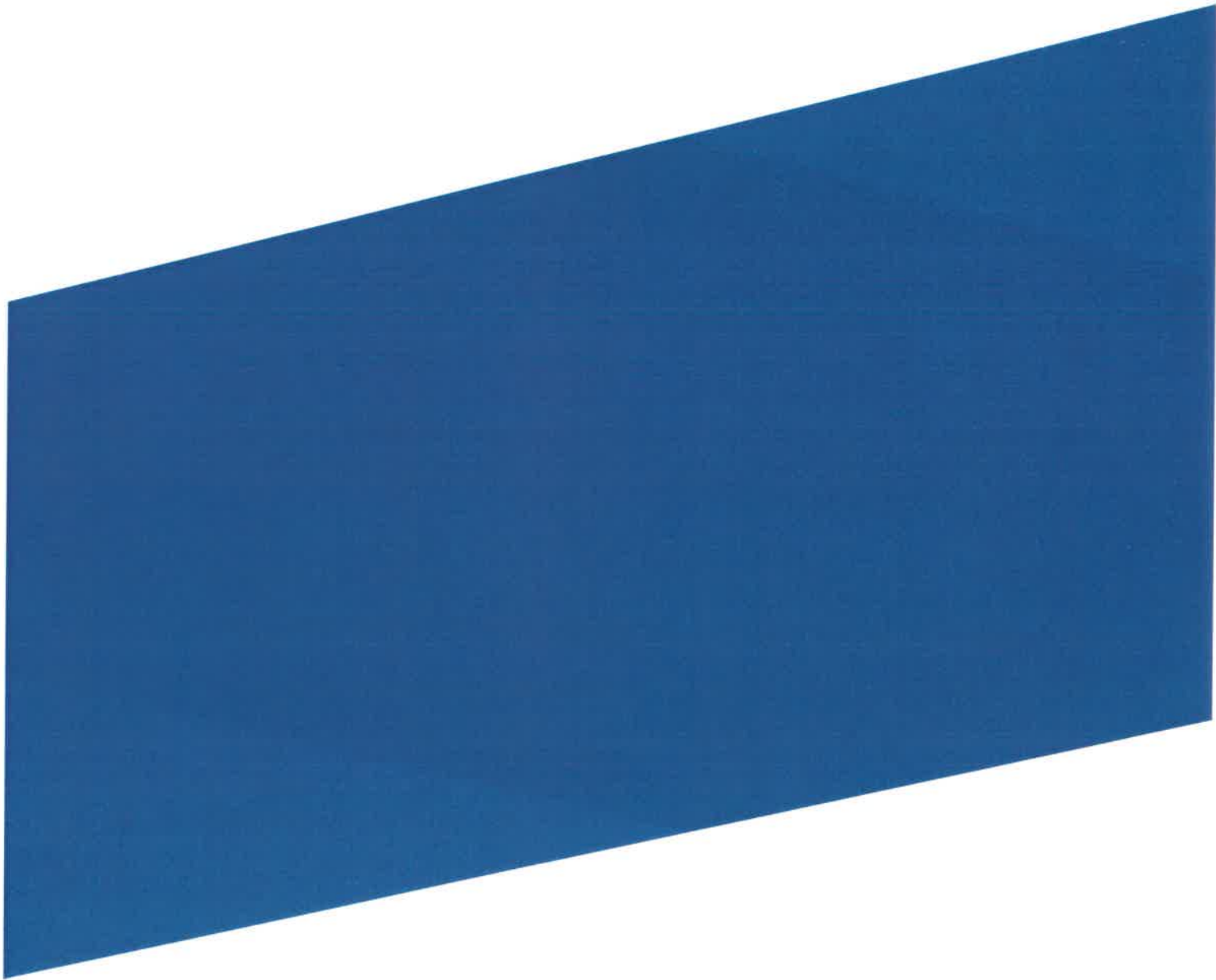
Num contexto de descentralização de competências atribuídas aos municípios, e por via de um maior rigor e controlo das contas do setor público, com particular enfoque no poder local, torna-se limitativo a apresentação das contas numa perspetiva individual, condicionando, por essa via, a análise da verdadeira situação financeira do Município de Oeiras.

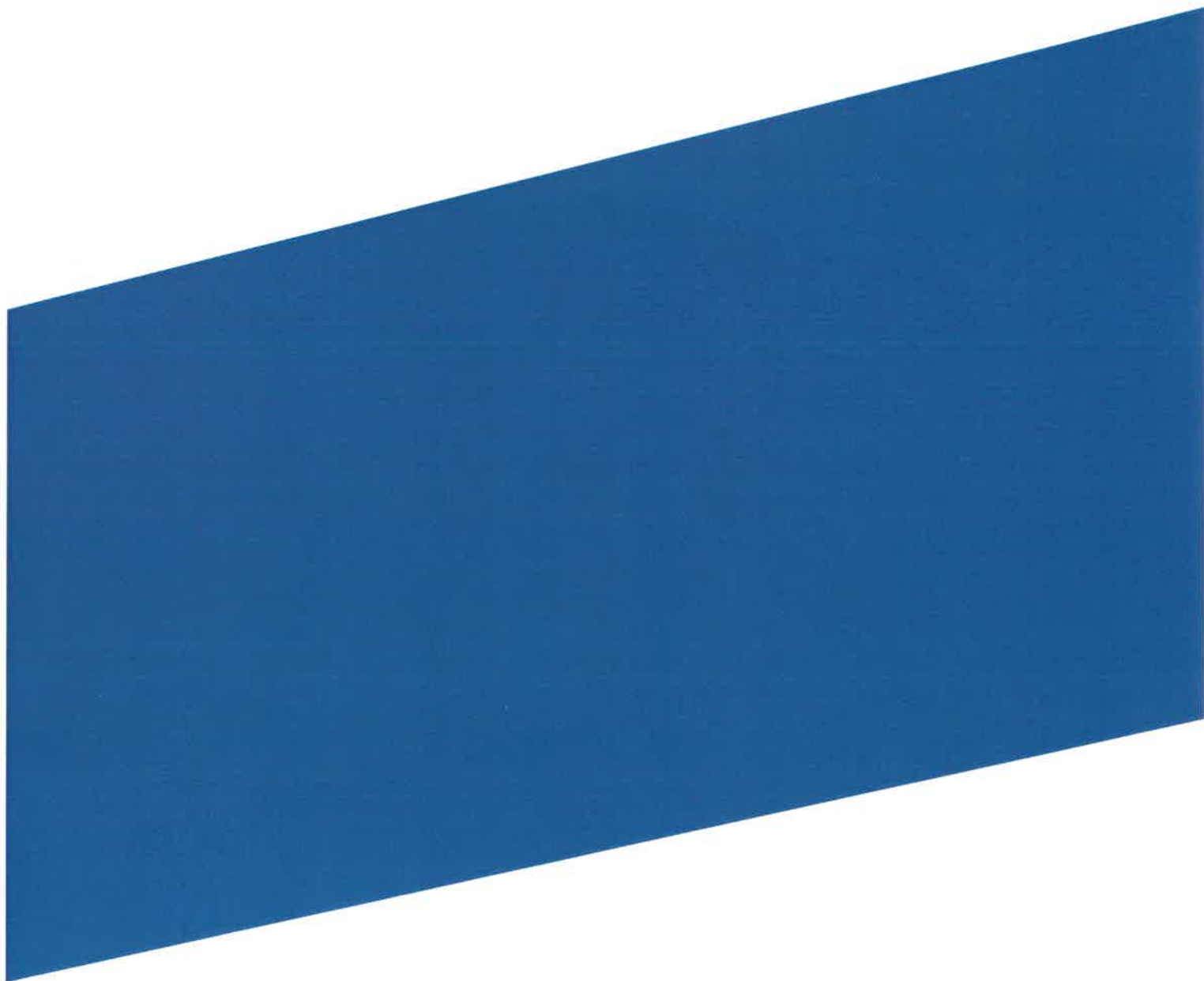
Neste âmbito, é fundamental realizar uma análise mais abrangente, observando as entidades nas quais o Município participa, apontando à transparência e rigor da informação ao nível do relato financeiro consolidado, dado que se pretende apresentar as contas de um grupo de entidades, como se de uma única entidade se tratasse. Sendo para o efeito realizadas as demonstrações financeiras apropriadas, evidenciando uma perspetiva global da situação financeira e dos resultados do grupo de entidades que integram o perímetro de consolidação, viabilizando uma análise das políticas públicas locais.

A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, determinou a obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas por parte dos municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital em entidades do setor empresarial local. Porém, com a aprovação do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, mais propriamente estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014, veio introduzir algumas alterações ao nível da consolidação de contas, quanto à sua abrangência.

Por força de ausência de procedimentos contabilísticos no âmbito da consolidação de contas, mais especificamente na elaboração das demonstrações financeiras, o Município, recorreu às normas estabelecidas pela Portaria n.º 474/2010, através das quais foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, complementada pelo conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, que permitiram a prestação de contas de forma coerente.

Salienta-se que as demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o disposto no art.º 75º da RFALEI pelo Município e alinhado com o instituído no n.º 2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte a que respeitam.





Perímetro de Consolidação

Perímetro de Consolidação

Prevê o artigo 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o carácter obrigatório quanto à apresentação de contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas por parte dos municípios.

Neste contexto, o Grupo Autárquico constituído pelo Município de Oeiras e pelas entidades por ele controladas, de forma direta ou indireta, (considerando-se para efeitos de controlo, o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de outras entidades) carece da adoção de procedimentos inerentes ao processo de reporte de contas consolidadas.

Dessa forma, importa definir o Perímetro de Consolidação, definindo as entidades que reúnem as condições legalmente previstas para integrar o grupo de consolidação de contas.

Para o exercício de 2018, as entidades que compõem o Perímetro de Consolidação são :

- **Município, Sociedade Anónima**, criada em 1999. Sendo a participação do Município de Oeiras de 56,71%.

Tem como missão contribuir para o prestígio e afirmação dos municípios no mercado nacional e no mercado PALOP, nas áreas da Geo-Informação e Tecnologia, assumindo-se como a interface empresarial, dos municípios para os municípios, nas áreas da produção de Cartografia, Cadastro, Sistemas de informação Geográfica, Internet (Municípios Digitais e e-Government), Formação, Consultoria, Fotografia Aérea, LIDAR e na elaboração de Edição de Publicações na área da sua atividade.

- **Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.**, constituída em 2001. Sendo detida a 100% pelo Município de Oeiras.

O seu objeto Social:

- Promoção e gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos ou de lazer que integram ou venham a integrar o património do Município de/ou aqueles que, a qualquer título, estejam confiados ao mesmo para desenvolvimento daquelas atividades, incluindo a totalidade das valências e funcionalidades dos edifícios e espaços adjacentes, bem como promover as ações necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços.
 - Prestação de serviços nas áreas da cultura, do desporto ou do lazer, de forma direta ou no âmbito do apoio às atuações municipais ou de outras entidades públicas ou privadas.
- **Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras, E.M.,S.A.**, iniciou a sua atividade em 1999. É participada a 100% pelo Município de Oeiras.

Tem como objetivo principal a construção, instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou no subsolo, no território do Concelho de Oeiras. Ao longo destes quinze anos de atividade, atenta ao seu objeto social, a Parques Tejo elaborou projetos e instalou sistemas de ordenamento das áreas de estacionamento que lhe têm sido confiadas pelo Município. A instalação e gestão destes

sistemas tem trazido aos seus utentes, maior acesso e facilidade na utilização do bem escasso que é, hoje, o estacionamento nos centros urbanos.

- **Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, EIM, (SIMAS)** controla do equitativamente pelos municípios de Oeiras e Amadora, viu ocorrer a sua reconfiguração estatutária em 2013, por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Visa garantir o abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, de acordo com elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade intermunicipal.

Perímetro de consolidação

As entidades participadas pelo Município, e que conseqüentemente constituem o Grupo Autárquico, integram o Perímetro de Consolidação de Contas

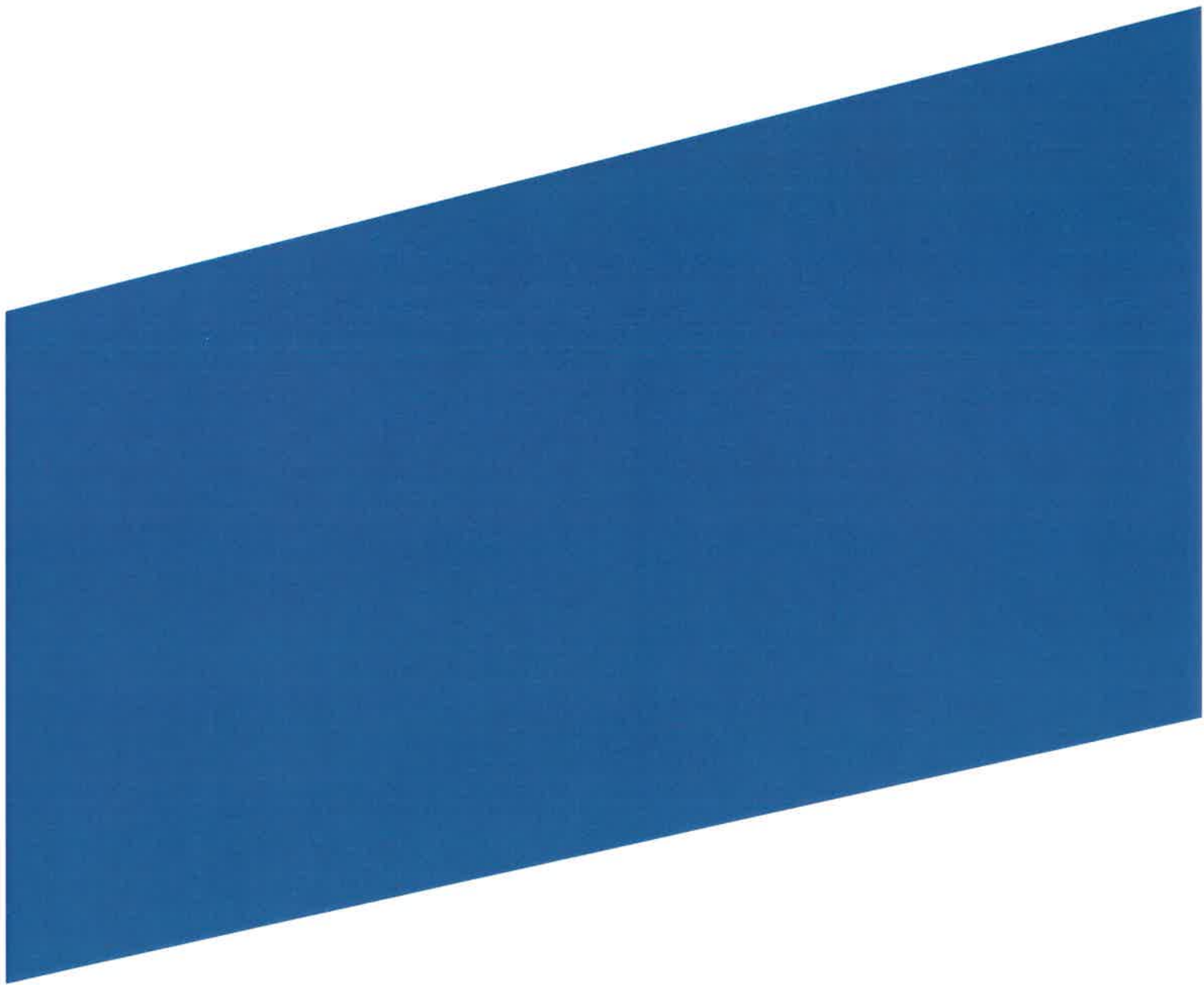


No entanto por força do estipulado no artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, são excluídas as entidades que não sejam materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha impacto nas contas da entidade consolidante.

Excluídas do perímetro



Ao longo dos últimos anos, o perímetro de consolidação tem vindo a diminuir por via da extinção de algumas das entidades em que o Município de Oeiras detinha participação financeira.



Método de Consolidação

Método de Consolidação

Mediante a percentagem de participação que a entidade consolidante detém sobre as participadas, é definido o método de consolidação de contas a adotar¹, para melhor refletir a imagem financeira do grupo.

Atendendo às percentagens de controlo que o Município detém nas entidades que integram o Perímetro de Consolidação, é utilizado o método proporcional na consolidação com o SIMAS, e o método integral com as restantes entidades.

- **O Método Proporcional** é utilizado nos empreendimentos conjuntos, ou seja, nos casos em que o controlo é efetuado conjuntamente com outra(s) entidade(s), situação que se verifica no SIMAS, em que o controlo é partilhado igualmente entre os municípios de Oeiras e Amadora.

A aplicação deste método consiste na soma algébrica de todas as rubricas do ativo e passivo do Balanço, de gastos e rendimentos da Demonstração de Resultados, apenas na percentagem correspondente à participação detida, eliminando assim a existência de interesses minoritários², uma vez que apenas considera a percentagem detida. Paralelamente são eliminadas as operações recíprocas, ou seja, intragrupo, apenas na proporção detida.

- **O Método Integral** é aplicado nos casos em que a entidade-mãe detém uma percentagem de controlo sobre as entidades participadas superior a 50%.

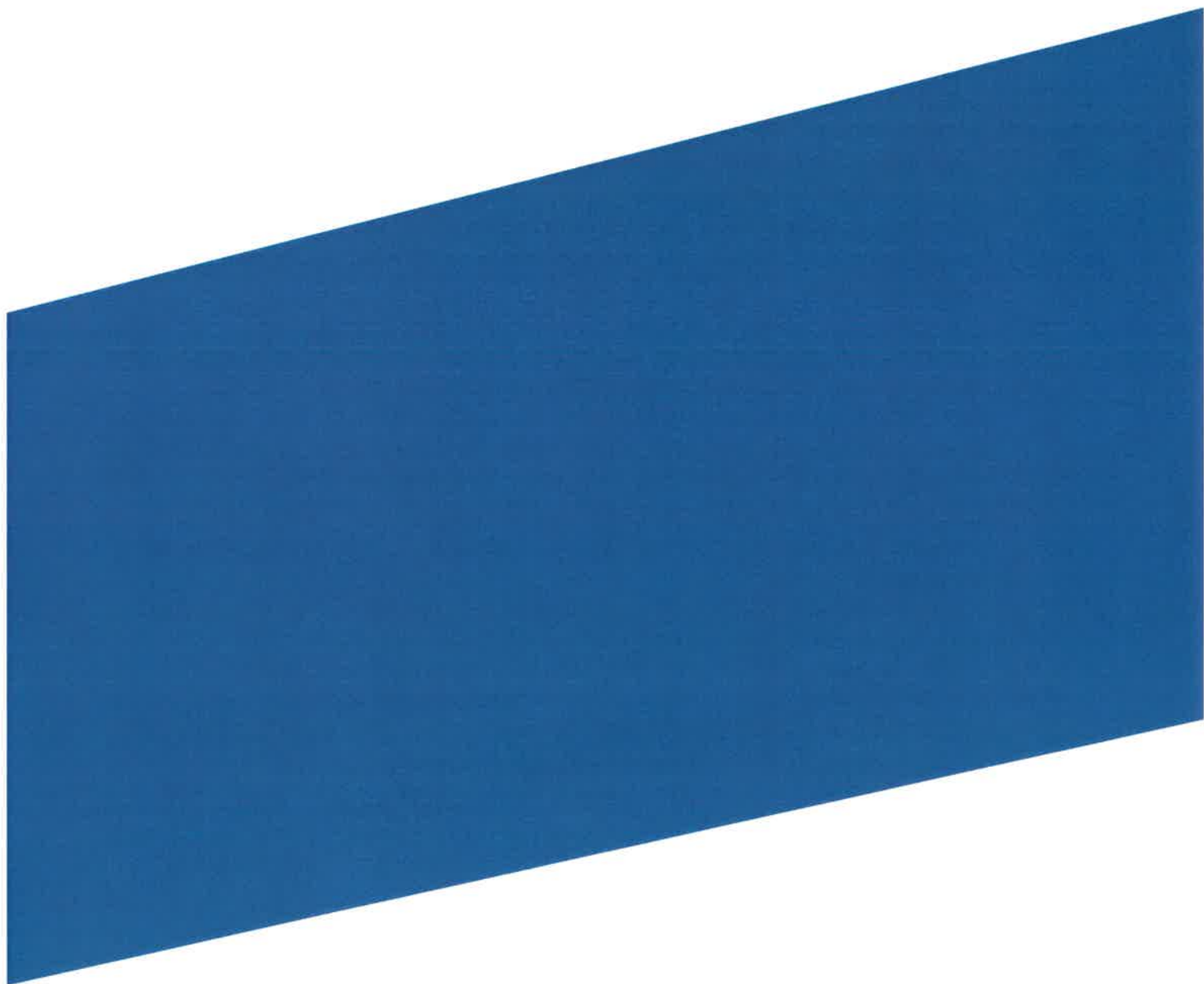
Pela aplicação deste método, é efetuada a integração no Balanço e na Demonstração de Resultados da entidade consolidante, os diferentes elementos constantes nessas demonstrações financeiras das empresas consolidadas. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja operações entre as entidades que compõem o Perímetro de Consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

São atribuídos posteriormente a esta fase os interesses minoritários, correspondente à parte que a entidade consolidante não controla as participadas.

O Processo de consolidação de contas, pretende apresentar as contas de um grupo de entidades, através das demonstrações financeiras, como se de uma única entidade se tratasse, refletindo a sua posição financeira, bem como a sua situação económica.

¹ Existem 3 métodos de consolidação de contas de possível utilização, mediante a dimensão da participação: Método Integral; Método Proporcional e Método de Equivalência Patrimonial.

² Interesses Minoritários – A Diretriz Contabilística n.º 1/91 – define no ponto 3.2.8 os interesses minoritários como sendo a parte dos resultados e dos capitais próprios de uma subsidiária que não sejam detidos, direta ou indiretamente através de subsidiárias, pela empresa-mãe.



Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

Código das contas POCAL	Ativo	2018			2017
		AB	AP	AL	
	Imobilizado:				
	Bens e recursos naturais				
451	Terrenos e recursos naturais	5 418 194	-	5 418 194	5 410 039
452	Edifícios	4 779 518	1 014 542	3 764 976	3 844 225
453	Outras construções e infra-estruturas	64 063 321	27 702 360	36 360 961	39 417 402
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4 729 201	122 966	4 606 235	4 594 410
459	Outros bens de domínio público	5 255 676	18 878	5 236 798	5 237 977
445	Imobilização em curso	21 946 929	-	21 946 929	23 149 630
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	-	-	-	-
		106 192 838	28 858 745	77 334 093	81 653 683
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	1 501 622	1 498 130	3 492	3 696
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 374 684	1 348 697	25 987	19 738
433	Propriedade Industrial e outros direitos	2 259 843	1 606 248	653 594	396 273
443	Imobilizações em curso	-	-	-	-
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
		5 136 149	4 453 075	683 074	419 707
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	125 631 893	-	125 631 893	121 848 134
422	Edifícios e outras construções	418 315 476	104 646 845	313 668 631	317 310 963
423	Equipamento Básico	26 253 831	20 293 296	5 960 535	5 558 138
424	Equipamento de transporte	10 102 280	7 054 450	3 047 830	2 794 175
425	Ferramentas e utensílios	1 099 103	934 923	164 180	169 447
426	Equipamento administrativo	22 063 093	18 639 437	3 423 655	2 761 726
427	Taras e vasilhames	204 034	204 034	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	12 628 404	9 530 500	3 097 904	3 117 422
442	Imobilizações em curso	17 344 649	-	17 344 649	17 453 581
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	26 011	-	26 011	26 011
		633 668 774	161 303 486	472 365 288	471 039 595
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	13 600 389	49 000	13 551 389	13 556 389
412	Obrigações e títulos de participação	3 491 064	-	3 491 064	5 430 542
414	Investimentos em imóveis	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	5 940	-	5 940	5 224
441	Imobilizações em curso	4 682	-	4 682	-
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
		17 102 075	49 000	17 053 075	18 992 156
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-
35	Produtos e trabalhos em curso	2 531 198	109 094	2 422 104	2 545 412
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
33	Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
32	Mercadorias	9 308	-	9 308	7 620
37	Adiantamentos por conta de compras	174 704	-	174 704	112 649
		2 715 209	109 094	2 606 116	2 665 681
28	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
		-	-	-	-
28	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Empréstimos concedidos	556 344	556 344	-	-
211	Clientes, c/c	2 406 758	423 952	1 982 806	1 405 847
212	Contribuintes, c/c	8 220	-	8 220	261 590
213	Utentes, c/c	6 939 926	-	6 939 926	2 802 768
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	16 185 197	12 550 911	3 634 287	4 127 141
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
224	Cauções a fornecedores	1 812	-	1 812	312
229	Adiantamentos a fornecedores	18 622	-	18 622	15 067
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	188 687	-	188 687	279 115
264	Administração autárquica	62 771	-	62 771	90 332
262+263+267+268	Outros devedores	1 434 106	124 231	1 309 875	1 305 488
		27 802 443	13 655 438	14 147 005	10 287 661
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	-	-	-	-
152	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
153	Títulos de dívida pública	-	-	-	-
159	Outros títulos	-	-	-	-
16	Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-
		-	-	-	-
	Depósitos em Instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	127 458 174	-	127 458 174	103 150 775
11	Caixa	69 525	-	69 525	56 671
		127 527 698	-	127 527 698	103 207 446
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proventos	11 060 479	-	11 060 479	7 725 643
272	Custos diferidos	344 575	-	344 575	334 298
		11 405 054	-	11 405 054	8 059 942
	Total de amortizações		194 615 306		
	Total de provisões		13 813 532		
	Total do ativo	931 550 242		723 421 404	696 325 870

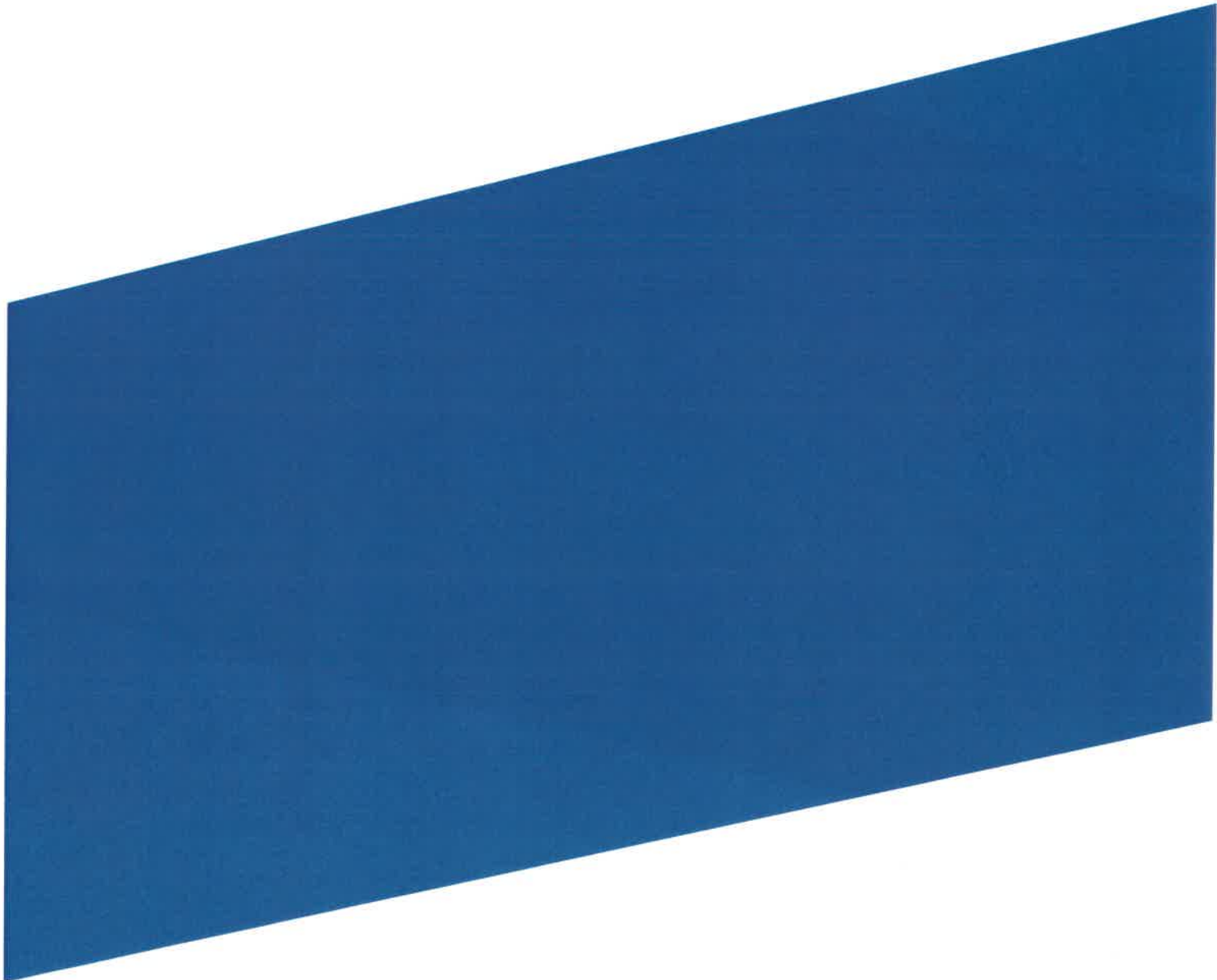
		BALANÇO CONSOLIDADO	
		(Unidade: Euro)	
Código das contas POCAL	Fundos próprios e passivo	2018	2017
	Fundos próprios:		
51	Património	346 441 895	346 415 397
52	Ações próprias	- 265	- 265
53	Outros Inst. de CP	-	-
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-	-
56	Reservas de reavaliação	-	-
571	Reservas legais	23 825 206	21 428 275
572	Reservas estatutárias	2 385 144	2 173 698
573	Reservas contratuais	-	-
574	Reservas livres	30 888 469	30 897 720
575	Subsídios	-	-
576	Doações	4 007 339	3 784 422
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	-	-
578	Reservas decorrentes de cedência apropriação at.	60 055 655	60 055 655
59	Resultados transitados	157 188 880	119 788 370
88	Resultado líquido do exercício	25 348 668	44 794 626
	Interesses Minoritários	1 447 162	1 444 524
		651 588 153	630 782 423
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	13 900 606	3 289 775
		13 900 606	3 289 775
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
2312	Empréstimos de m/l prazo	11 063 019	13 505 146
221	Fornecedores, c/c	-	-
2611	Fornecedores de imobilizado	-	4 414 167
262+263+267+268	Outros credores	193 948	3 198 921
		11 256 967	21 118 235
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
2312	Empréstimos de curto prazo	2 440 848	2 504 110
269	Adiantamentos por conta de vendas	-	-
221	Fornecedores, c/c	3 130 654	3 476 959
223	Fornecedores, c/c - depósitos de garantias	48 057	24 010
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	398 285	565 176
217	Clientes com cauções, adiantamentos de clientes, contribuintes e	261 288	261 431
219	Adiantamento de clientes, utentes e contribuintes	928 313	769 608
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c e leasing	4 963 675	5 889 171
26113	Fornecedores de imobilizado, c/ depósito de garantia	521 092	505 293
24	Estado e outros entes públicos	843 965	253 643
264	Administração autárquica	4 698 927	3 002 914
262+263+267+268	Outros credores	6 773 008	5 391 863
2618	Fat em recepção e conferência - Imob	6 150	76 765
2614	Credores de factoring	-	7 478
		25 014 261	22 728 422
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	10 783 097	8 700 836
274	Proveitos diferidos	10 578 320	9 706 179
		21 361 417	18 407 015
	Total do passivo	71 533 250	65 543 447
	Total dos fundos próprios interesses minoritários e do passivo	723 121 404	696 325 870

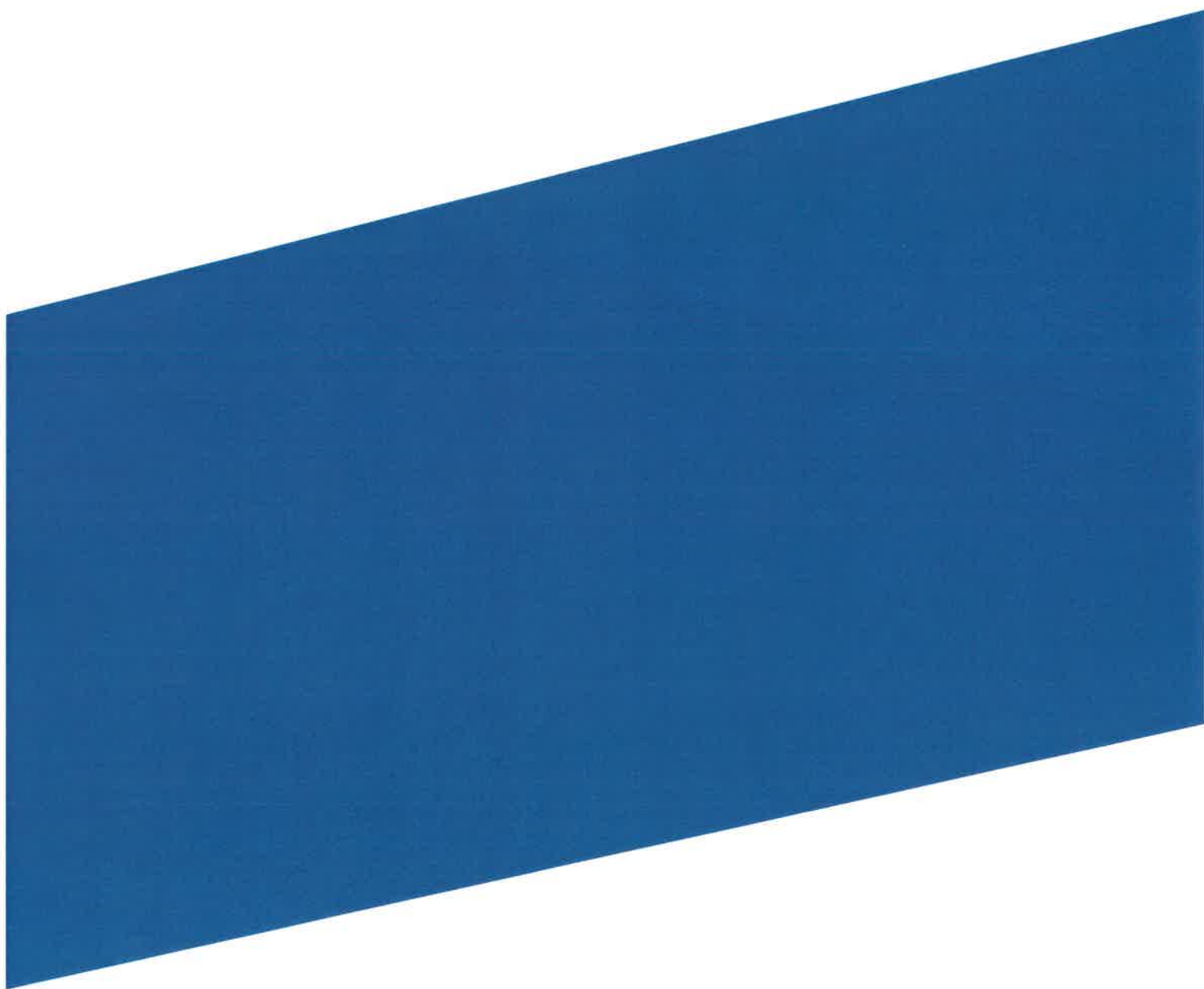
Orgão executivo

Em ... de de

Orgão deliberativo

Em ... de de





Demonstração Consolidada dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

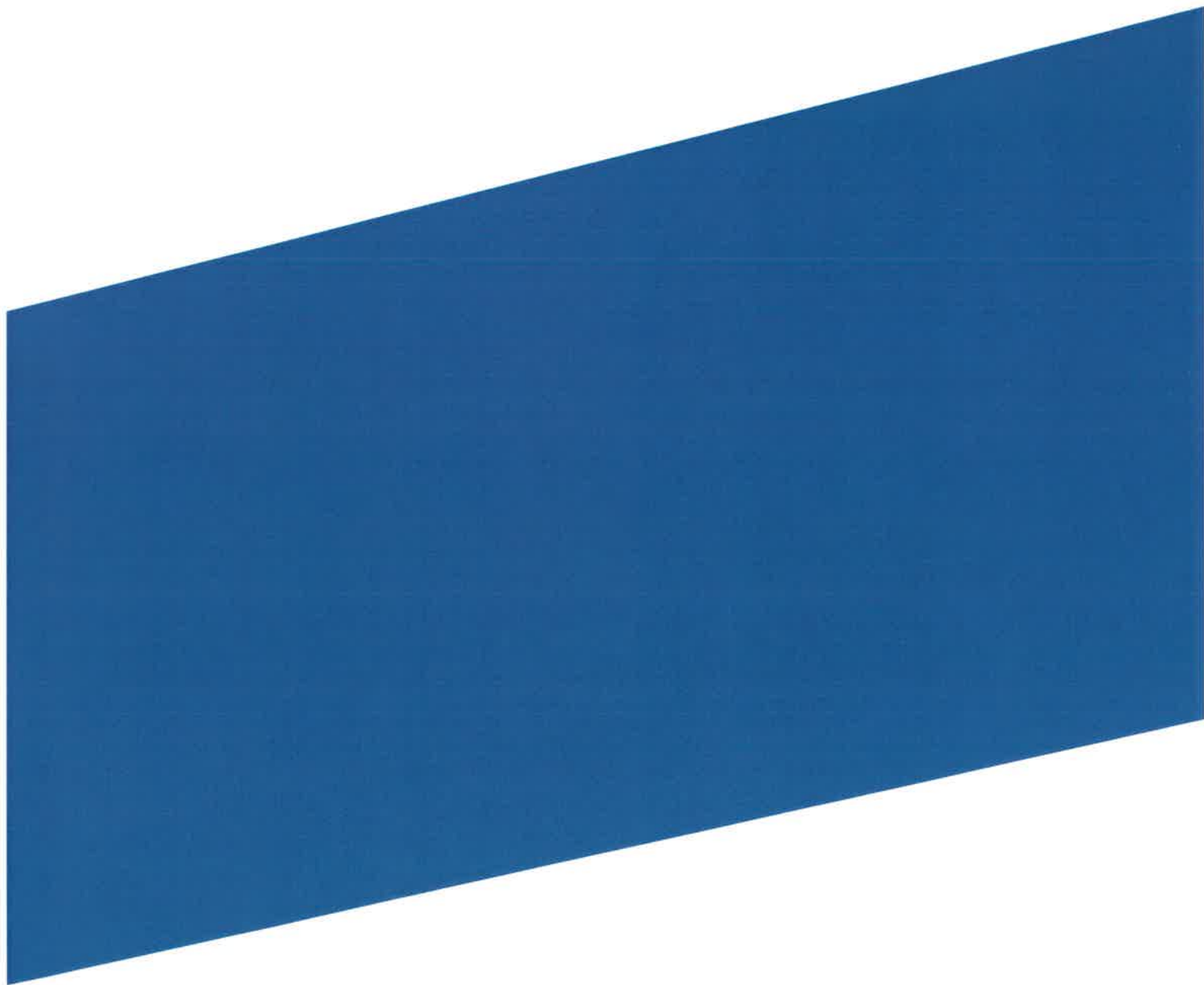
(Unidade: Euro)

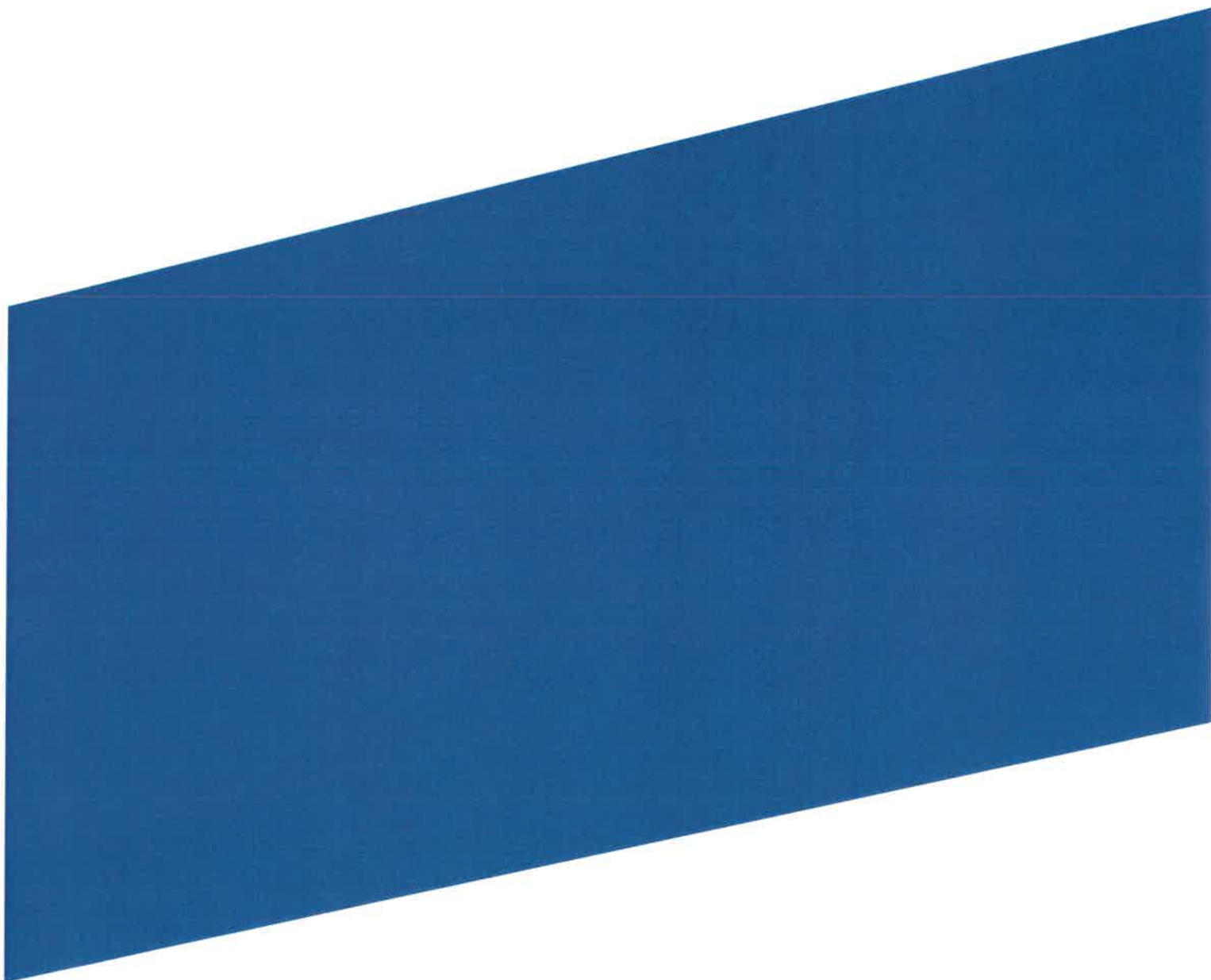
Código das contas POICAL	Custos e perdas	2018	2017
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
612	Mercadorias	7 722 375	7 834 620
616	Matérias	816 046	790 883
62	Fornecimentos e serviços externos	53 973 752	51 722 927
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	42 743 569	39 885 349
643 a 648	Encargos sociais	11 392 927	10 932 550
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	13 204 928	11 474 359
66	Amortizações do exercício	11 984 242	12 100 613
67	Provisões do exercício	11 968 517	1 214 321
65	Outros custos e perdas operacionais	1 132 674	456 712
		(A)	154 939 030
68	Custos e perdas financeiros	813 310	1 176 819
		(C)	155 752 341
69	Custos e perdas extraordinários	3 524 491	5 383 975
		(E)	159 276 832
88	Resultado líquido do exercício	25 351 306	44 798 921
		(F)	184 628 138
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Vendas de mercadorias	206 387	179 708
7112+7113	Vendas de produtos	8 029 516	8 547 759
712	Prestações de serviços	35 619 524	36 385 641
713+716	rendas de habitação social	4 027 873	5 013 294
72	Impostos e taxas	100 158 611	91 137 113
	Variação da produção	-	-
75	Trabalhos para a própria entidade	156 497	183 717
73	Proveitos suplementares	692 584	379 594
74	Transferências e subsídios obtidos	31 576 015	30 235 411
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	44 963	36 187
		(B)	180 511 971
78	Proveitos e ganhos financeiros	2 217 629	2 035 484
		(D)	182 729 600
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 898 538	13 638 142
		(F)	187 772 049

Resumo:	2018	2017
Resultados operacionais: (B) - (A)	25 572 941	35 686 090
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)	1 404 318	858 664
Resultados correntes: (D) - (C)	26 977 259	36 544 754
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)	25 351 306	44 798 921
Resultado atribuível ao Município	25 348 668	44 794 626
Resultado atribuível a Interesses minoritários	2 638	4 294

Orgão executivo
Em ... de de

Orgão deliberativo
Em ... de de





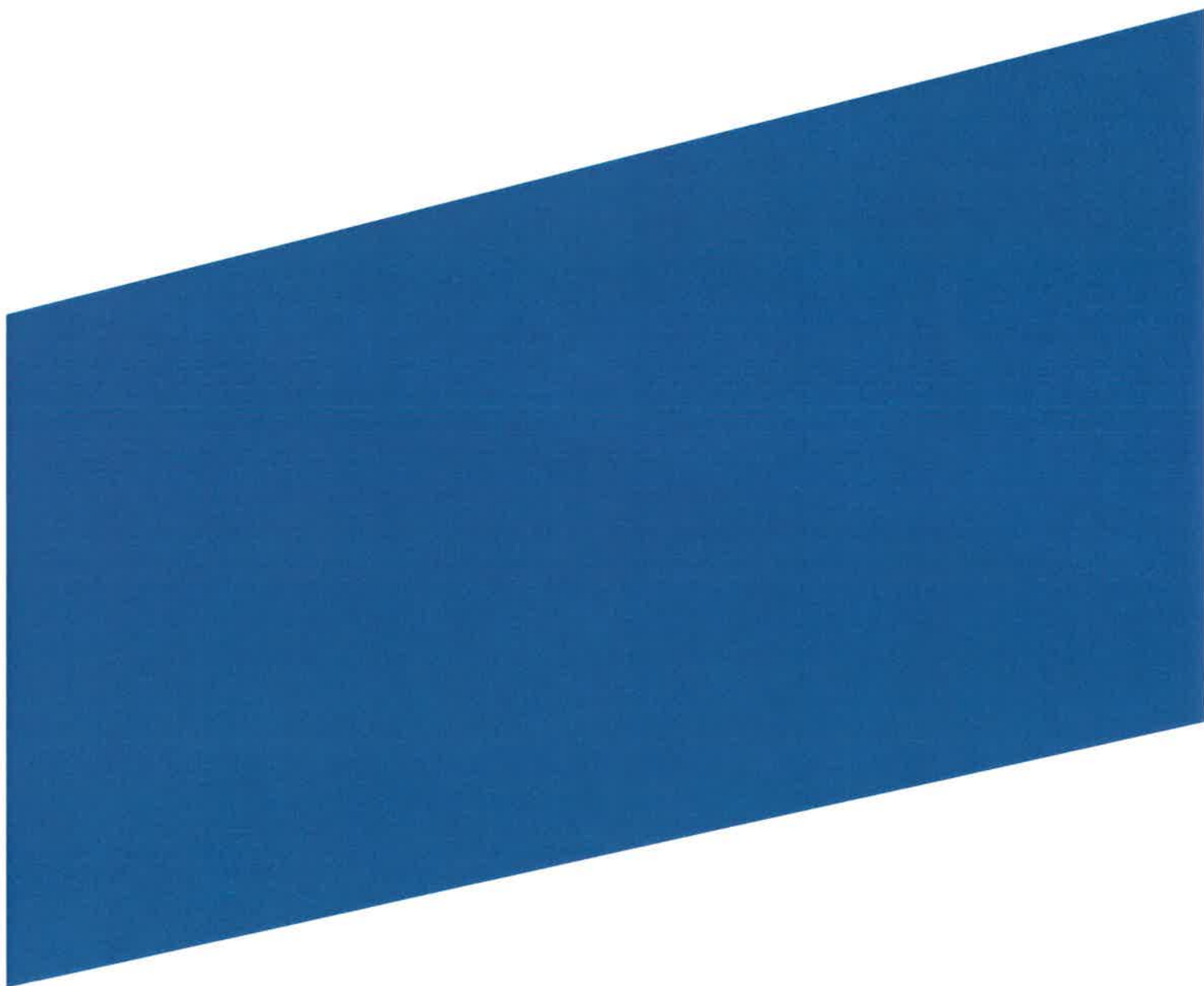
Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados

Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de caixa estatutários 2018

(Unidade: Euro)

	Fórmula de Cálculo	Município	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Rec e Pag relacionados	Total
Saldo da gerência anterior	a)	87 043 810	12 342 193	301 060	2 847 742	652 293	-	103 187 098
Recebimentos	b)	159 648 326	31 568 901	3 863 719	3 375 353	4 375 667	5 368 869	208 200 834
Pagamentos	c)	132 677 812	34 642 399	3 511 514	2 898 831	4 788 546	-5 341 132	183 860 234
Saldo para a gerência seguinte	a) + b) - c)	114 014 324	9 268 695	653 265	3 324 264	239 414	27 737	127 527 698
Fluxo líquido do ano	b) - c)	26 970 514	-3 073 499	352 205	476 523	-412 880	27 737	24 340 601



Anexo às Demonstrações Financeiras

Consubstanciado no art.º 75 da Lei n.º 73, de 3 de setembro, o Município apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício de 2018, que se reportam a 31 de dezembro.

O Grupo Autárquico realizou as suas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as normas contidas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, a qual vem aprovar a Orientação n.º 1/2010, e que estabelece um conjunto de princípios que devem reger a elaboração das contas consolidadas.

As notas apresentadas neste anexo, refletem as informações financeiras relativas aos saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação, mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, bem como, os mapas exigidos pelo n.º 7 do citado art.º 75 da Lei n.º 73/2013, mais especificamente Balanço consolidado, Demonstração consolidada dos Resultados, mapa de fluxos de caixa consolidados, omitindo-se todos os pontos que não se aplicam ao Grupo Autárquico, ou se cinjam a factos ou situações que não sejam materialmente relevantes.

Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

As entidades que compõem o Grupo Autárquico para efeitos de reporte de contas consolidadas referente ao exercício de 2018 dando dessa forma cumprimento ao estipulado pelo art.º 75 da Lei n.º 73/2013, são as seguintes:

Nome	Sede	% de Particip.	Capital Próprio	Responsáveis	Sistema de Contabilidade aplicável	N.º de Trabalhadores
Município de Oeiras	Largo Marquês de Pombal 2784 - 501 Oeiras	-	566 949 518,49	Presidente: Isaltino Moraes Vice-Presidente: Francisco Roche Vereadores: Joana Baptista; Pedro Patacho; Teresa Baccelar; Nuno Neto; Carlos Morgado; Marlene Rodrigues; Joaquim Raposo; Ângelo Pereira; Heiôisa Apolónia	POCAL	2427
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora, E.I.M.	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19, Urb. Moínho das Antas 2784-541 Oeiras	50,00%	166 856 477,01	Presidente: Carla Tavares Vogal: Isaltino Moraes Vogal: José Agostinho Marques	POCAL	443
Oeiras Vise - Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.M.	Piscina Oceânica de Oeiras - Estrada Marginal - Praia da Torre 2780-287 OEIRAS	100,00%	1 175 323,91	Presidente: António Almeida Vogal: Vítor Gonçalves Vogal: Mariana Costa	SNC	67
Parques Tejo, Parques de Oeiras, E.M., S.A.	Av. das Tuijpas, n.º 6, Piso 10 D/E Miraflores 1495-161 ALGÉS	100,00%	4 808 035,49	Entre 1 de janeiro a 19 de junho de 2018: Presidente: Amândio Azvedo Vogal: Albertina Guedes Vogal: José Constantino Entre 20 de junho a 31 de dezembro 2018: Presidente: Luiz Melo Vogal: Miguel Neto Vogal: Zailinda Coelho	SNC	53
MUNICÍPIA, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Taguspark, Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, 11 - 3º B 2740-120 PORTO SALVO	56,71%	3 342 947,98	Presidente: Luis Gavinhos Presidente Conselho de Administração: Fernando Trigo Administrador: Rui Colas Administrador: João Silva	SNC	32

Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Uma vez que existem diferentes referenciais contabilísticos no grupo de entidades que integram o perímetro do Município, procedeu-se à harmonização da informação proveniente das várias entidades, através das necessárias reclassificações e ajustamentos, imputando uma maior consistência na informação relatada.

Neste cenário, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no conjunto de princípios contabilísticos, aplicados pela entidade consolidante, e devidamente perpetuados no disposto na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, no que concerne à relevância e materialidade, à fiabilidade, à neutralidade, à plenitude, à comparabilidade espacial e temporal e à representação fidedigna da informação nelas contidas.

Atendendo ao exposto, ressalva-se que as demonstrações financeiras aqui apresentadas, referente ao grupo consolidado, refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados obtidos.

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Com o intuito de corresponder ao anterior referido, foram diligenciados os movimentos extra contabilísticos, nomeadamente ao nível de eliminações da participação financeira, de transações recíprocas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação e dos saldos entre as mesmas.

Endividamento consolidado de médio e longo prazo - 2018

Código das contas	Designação das contas (a)	Endividamento Líquido (b)						Eliminação de créditos/dividas recíprocas	Grupo público consolidado
		Município	SIMAS 50%	Oeiras Viva	Parques Tejo	Municipia	TOTAL		
2312	Empréstimos de longo prazo	11 063 019	-	-	-	-	-	11 063 019	
221	Fornecedores c/c m/l prazo	-	-	-	-	-	-	-	
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	-	-	-	-	-	-	-	
262+263+267+268	Outros credores	193 948	-	-	-	-	-	193 948	
TOTAL		11 256 967	-	-	-	-	-	11 256 967	

(a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros-médio e longo prazos.

(b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perimetro de consolidação

Dividas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos 4 anos seguintes à data do balanço

Código das contas	Designação das contas	(Unidade: Euro)					TOTAL
		Município	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	
2312	Empréstimos de m/l prazo	11 063 019	-	-	-	-	11 063 019
2611	Fornecedores de imobilizado m/l prazo	-	-	-	-	-	-
221	Fornecedores c/c m/l	-	-	-	-	-	-
262+263+267+268	Outros Credores m/l prazo	193 948	-	-	-	-	193 948
	<i>Subtotal</i>	11 256 967	-	-	-	-	11 256 967
2312	Empréstimos de curto prazo	2 415 594	-	-	-	25 254	2 440 848
221	Fornecedores, c/c	1 183 275	1 238 720	143 142	76 759	488 758	3 130 654
223	Fornecedores, c/c - depósitos de garantia	-	48 057	-	-	-	48 057
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	111 677	286 609	-	-	-	398 285
217	Clientes com cações	261 288	-	-	-	-	261 288
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	928 313	-	-	-	928 313
2611+2618	Fornecedores de imobilizado, c/c	4 848 629	83 543	-	37 653	-	4 969 825
26113	Fornecedores de imobilizado, c/c - depósitos de garantia	-	521 092	-	-	-	521 092
2614	Credores factoring	-	-	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	324 951	172 692	167 652	70 426	108 244	843 965
264	Administração autárquica	-	4 698 927	-	-	-	4 698 927
2614	Outros credores	6 730 944	24 417	4 950	11 838	859	6 773 008
	<i>Subtotal</i>	15 876 358	8 002 368	315 744	196 676	623 114	25 014 261
	<i>Total</i>	27 133 325	8 002 368	315 744	196 676	623 114	36 271 228

Informações dos Saldos e Fluxos Financeiros

O Mapa de Fluxos de Caixa, reflete o volume global de recebimentos e de pagamentos ocorridos nas entidades do Grupo Autárquico, influenciando deste modo a sua tesouraria.

A diferença entre o total dos recebimentos e dos pagamentos transita para a gerência do exercício seguinte.

Fluxos de Caixa Consolidados

Saldo da gerência anterior	a)	103 187 098
Recebimentos	b)	208 200 834
Pagamentos	c)	183 860 234
Saldo para a gerência seguinte	e) = a) + b) - c)	127 527 698
Fluxo líquido do ano	b) - c)	24 340 601

O saldo que transitou da gerência anterior foi superior a 103 milhões de euros.

Em 2018, o fluxo líquido do ano foi de 24 340 601€ significando um decréscimo de 31 % em comparação ao ano de 2017 (35 022 865€).

O saldo da gerência que transita para 2019 é de mais de 127 milhões de euros.

Por cada unidade monetária que o grupo consolidado recebeu, apenas pagou 88%, ou seja, 88 cêntimos, pelo que a cada euro recebido, cerca de 12 cêntimos ficaram em forma de disponibilidades no Grupo Autárquico.

Informações dos compromissos

Os compromissos para exercícios futuros, assumidos pelo Grupo Autárquico, relativos à entidade consolidante, encontram-se representados na sua totalidade no Balanço consolidado.

Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os critérios valorimétricos vertidos no Ponto 4 do POCAL.

As entidades que integram o perímetro de consolidação converteram os seus critérios de valorimetria em critérios uniformes ao Grupo Autárquico, garantindo assim a homogeneização da informação apresentada.

Imobilizações

As imobilizações corpóreas, incorpóreas e os bens de domínio público, do Grupo Autárquico, encontram-se reconhecidos ao valor do custo de aquisição ou de produção.

No que concerne ao imobilizado em curso, encontra-se valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, ou linha reta, com referência ao ano em que os bens foram colocados para utilização, praticando as taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, conforme o disposto no POCAL.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em partes de capital noutras entidades encontram-se registados, ao nível da contabilidade, pelo seu custo de aquisição.

Existências

As existências encontram-se registadas contabilisticamente ao custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros estão registadas pelos montantes constantes nos documentos que as titulam.

Provisões

O valor das provisões reconhecidas pelo grupo de consolidação encontra-se registado em conformidade com as regras emanadas no POCAL, tendo sido calculado com base no princípio da prudência.

Disponibilidades

As disponibilidades de depósitos em instituições financeiras e caixa refletem os montantes relativos a meios de pagamento e aos saldos de todas as contas de depósito, estando os mesmos expressos em euros.

Informações Diversas

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

No que respeita às rúbricas dos bens registados no imobilizado do Grupo Autárquico, mais concretamente as relativas ao ativo bruto e às amortizações, no final de 2018, apresentam os valores constantes nos quadros seguintes:

MAPA EVOLUÇÃO DO IMOBILIZADO CONSOLIDADO 2018

(Unidade: Euro)

Código das contas	Designação das contas	01-01-2018	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31/12/2018
Bens de Domínio Público						
451	Terrenos e Recursos Naturais	5 410 039	8 155	-	-	5 418 194
452	Edifícios	4 779 518	-	-	-	4 779 518
453	Outras Construções e Infraestruturas	64 063 321	-	-	-	64 063 321
455	Bens do Património histórico, artístico e cultural	4 710 201	19 000	-	-	4 729 201
459	Outros bens do domínio público	5 255 676	-	-	-	5 255 676
445	Imobilizado em curso	23 149 630	2 505 203	-	3 707 904	21 946 929
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	-	-	-	-	-
	Subtotal	107 368 384	2 532 358	-	3 707 904	106 192 838
Imobilizado Incorporado						
431	Despesas de Instalação	1 501 622	-	-	-	1 501 622
432	Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1 397 591	24 449	47 356	-	1 374 684
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	1 904 203	198 570	-	157 070	2 259 842
434	Imobilizado em Curso	-	-	-	-	-
	Subtotal	4 803 416	223 019	47 356	157 070	5 136 148
Imobilizações Corpóreas						
421	Terrenos e recursos naturais	121 848 134	3 175 718	35 066	643 107	125 631 893
422	Edifícios e Outras Construções	415 875 725	1 867 002	928 507	1 501 256	418 315 476
423	Equipamento básico	25 605 053	1 314 098	738 095	72 775	26 253 831
424	Equipamento de transporte	9 384 766	848 011	117 456	-	10 102 280
425	Ferramentas e utensílios	1 094 913	40 783	-	36 593	1 099 103
426	Equipamento administrativo	21 385 190	1 130 046	152 599	299 544	22 063 093
427	Taras e vasilhames	204 034	-	-	-	204 034
429	Outras Imobilizações corpóreas	12 302 341	332 263	6 201	-	12 628 404
442	Imobilizado em curso	17 453 581	3 345 640	3 240 448	214 124	17 344 649
448	Adiantamentos por conta de imobil.corpóreas	26 011	-	-	-	26 011
	Subtotal	625 179 748	12 053 561	5 218 371	1 653 837	633 668 774
Investimentos Financeiros						
411	Associações de municípios	16 370 377	-	8 250	-	16 362 127
412	Empresas Municipais e Intermunicipais	5 430 542	1 939 478	-	2 761 738	729 326
413	Empresas privadas ou cooperativas	-	-	-	-	-
414	Outras Entidades	-	-	-	-	-
4122	Fundo de Apoio Municipal - FAM	-	-	-	-	-
4151	Outras aplicações financeiras	5 224	5 398	-	-	10 622
	Subtotal	21 806 144	1 934 080	8 250	2 761 738	17 102 075
	Total do Imobilizado Bruto	759 157 692	12 874 857	5 273 978	4 658 735	762 099 836

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES ACUMULADAS 2018

Código das contas	Designação das contas					(Unidade: Euro)
		01/01/2018	Aumentos	Diminuições	Regularizações	
	De Bens de Domínio Público					31/12/2018
4852	Edifícios	935 293	79 249	-	-	1 014 542
4853	Outras Construções e Infraestruturas	24 645 919	3 056 441	-	-	27 702 360
4855	Bens do Património histórico, artístico e cultural	115 791	7 175	-	-	122 966
4859	Outros bens do domínio público	17 698	1 180	-	-	18 878
	<i>Subtotal</i>	25 714 701	3 144 044	-	-	28 858 745
	De Imobilizações Incorpóreas					
4831	Despesas de instalação	1 497 926	204	-	-	1 498 130
4832	Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1 377 853	16 443	45 600	-	1 348 697
4833	Propriedade Industrial e Outros Direitos	1 511 197	95 052	-	-	1 606 248
	<i>Subtotal</i>	4 386 976	111 699	45 600	-	4 453 075
	De Imobilizações Corpóreas					
4821	Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
4822	Edifícios e Outras Construções	98 564 762	6 213 554	138 117	6 646	104 646 845
4823	Equipamento básico	20 046 916	1 099 712	738 095	-	20 293 296
4824	Equipamento de transporte	6 590 591	584 200	117 842	-	7 054 450
4825	Ferramentas e utensílios	925 466	45 943	-	-	934 923
4826	Equipamento administrativo	18 623 464	464 729	152 595	-	18 639 437
4827	Taras e vasilhame	204 034	-	-	-	204 034
4829	Outras Imobilizações corpóreas	9 184 919	351 781	6 201	-	9 530 500
442	Imobilizado em curso	-	-	-	-	-
	<i>Subtotal</i>	154 140 152	8 759 920	1 152 849	-	161 303 486
	De Investimentos Financeiros					
491	Partes de capital	52 250	-	3 250	-	49 000
	<i>Subtotal</i>	52 250	-	3 250	-	49 000
	Total das amortizações e provisões	184 294 079	12 015 664	1 201 699	-	194 664 306

Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

O Grupo Autárquico detinha a 31 de dezembro de 2018 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Garantias

(Unidade: Euro)

Entidades	Garantias bancárias 2018	Garantias bancárias 2017
Município		
Instituto Biblioteca Nacional Livro	49 880	49 880
IHRU Instituto H R Urbana, IP	18 988	18 988
Brisa Autoestradas de Portugal, S.A.	179 567	179 567
Petrogal Petróleos de Portugal	5 986	5 986
Instituto Biblioteca Nacional Livro	32 971	32 971
Tribunal Judicial Comarca Oeiras	249 399	249 399
Infraestruturas de Portugal, S.A.	5 250	5 250
Subtotal	542 040	542 040
SIMAS		
Caixa Geral Depósitos, SA	5 000	42 233
Caixa Económica Montepio Geral	-	15 250
Subtotal	5 000	57 483
Oeiras Viva		
DGCI	114 416	114 416
DGCI	88 224	140 000
Subtotal	202 640	254 416
Total das Garantias Bancárias	749 679	853 938

Verifica-se uma diminuição de 2018 em relação a 2017 no valor total de 104 259€, contribuindo para este decréscimo o SIMAS e a Oeiras Viva

Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

Rubricas	(Unidade: Euro)			
	Mercado interno 2018	Mercado externo 2018	Total 2018	Mercado Interno 2017 Mercado Externo 2017
Vendas de mercadorias	206 387	-	206 387	179 708 -
Vendas de produtos	8 029 516	-	8 029 516	8 547 759 -
Prestações de serviços	35 619 524	1 500 315	37 119 839	34 323 340 2 062 301
Total	43 855 428	1 500 315	45 355 743	43 050 807 2 062 301

Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos Executivos e de fiscalização - 2018

							(Unidade: Euro)	
Designação	Município	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Total 2018	Total 2017	
Órgãos autárquicos	451 212	-	-	-	-	451 212	416 698	
Órgãos sociais	-	-	56 665	54 607	56 959	168 231	155 728	
Órgãos de fiscalização	20 000	4 950	8 400	-	7 800	41 150	50 950	
Total	471 212	4 950	65 065	54 607	64 759	660 593	623 376	

Demonstração consolidada dos resultados financeiros

(Unidade: Euro)

Código Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	662 872	1 044 329	781	Juros obtidos	399 374	446 530
682	Perdas em entidades participadas	0	13	782	Ganhos em entidades participadas	0	
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0		783	Rendimentos em imóveis	1 642 000	1 587 699
684	Provisões para aplicações financeiras	351		784	Rendimentos de participações de capital	179 056	4 394
685	Diferença de câmbio desfavoráveis	12 178	37 950	785	Diferenças de câmbio favoráveis	740	68
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0		786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	
688	Outros custos e perdas financeiras	137 909	94 528	787	Ganhos na alimeação de aplicações de tesouraria	0	
	Custos Financeiros	813 310	1 176 819	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0	
	Resultados Financeiros	1 404 318	858 664	789	Reembolsos Interface	-3 542	-3207,7
				78	Proveitos Financeiros	2 217 629	2 035 484

Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código Contas	Custos e Perdas	2018		Código Contas	2017		Proveitos e Ganhos	2018		2017
691	Transferências de capital concedidas	3 053 772	3 015 804	791					29	
692	Dívidas incobráveis	13 296	185 068	792				46 017		8 866
693	Perdas em existências	10 458	316 305	793				102 916		233 829
694	Perdas em imobilizações	269 163	1 568 013	794				734 383		610 798
695	Multas e penalidades	698	6 631	795				322 542		299 982
696	Aumentos de amortizações e de provisões	6 488		796				175 988		11 948 845
697	Correções relativas a exercícios anteriores	44 993	280 002	797				1 419		144 033
698	Outros custos e perdas extraordinárias	125 624	42 153	798				515 244		404 228
	Custos Extraordinários	3 524 491	5 383 976	799				0		-12 439
	Resultados Extraordinários	-1 625 954	8 254 167				Proveitos Extraordinários	1 898 538		13 638 142

(Unidade: Euro)

Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Relativamente ao valor das provisões constituídas pelo Grupo Autárquico no exercício a 31 de Dezembro 2018 é de 27 721 049 €, representando um aumento em termos absolutos de 11 726 267 € (resulta da diferença do total das provisões de 2018 e das de 2017).

Detalhe das provisões para riscos e encargos consolidado

(Unidade: Euro)

Código das contas	Designação das contas	01/01/2018	Regularizações	Aumento	Redução	Utilizações	31/12/2018
291	Provisões para cobranças duvidosas	12 550 151		1 176 360	64 161	-	13 662 350
		12 550 151		1 176 360	64 161	-	13 662 350
292	Provisões para riscos e encargos						
2921	Processos judiciais em curso	1 665 231		10 792 157	181 327	-	12 276 062
2924	Participações nos resultados	24 323		-	-	-	24 323
2928	Outros riscos e encargos	1 600 221		-	-	-	1 600 221
2929	Utentes	-		-	-	-	-
		3 289 775		10 792 157	181 327	-	13 900 606
298	Outras provisões	-		-	-	-	-
		-		-	-	-	-
39	Depreciação de existências	102 606		6 488	-	-	109 094
		102 606		6 488	-	-	109 094
49	Provisão para Investimentos Financeiros	52 250		-	3 250	-	49 000
		52 250		-	3 250	-	49 000
	Total	15 994 783		11 975 004	248 737	-	27 721 049

O valor apresentado na rúbrica de cobranças duvidosas é utilizado de modo a fazer face ao risco de incumprimento por parte de devedores. O aumento em cerca de 1 milhão de euros assenta na subida dos valores desta rúbrica no Município bem como no SIMAS com exceção da Município que apresentou uma ligeira diminuição.

O apuramento das provisões constituídas para processos judiciais em curso, contempla os valores relativos a todos os processos judiciais com elevado risco de execução a curto prazo. O aumento em 10 610 831€ face ao ano anterior deve-se à constituição da provisão para o processo judicial com a Oeiras Expo.

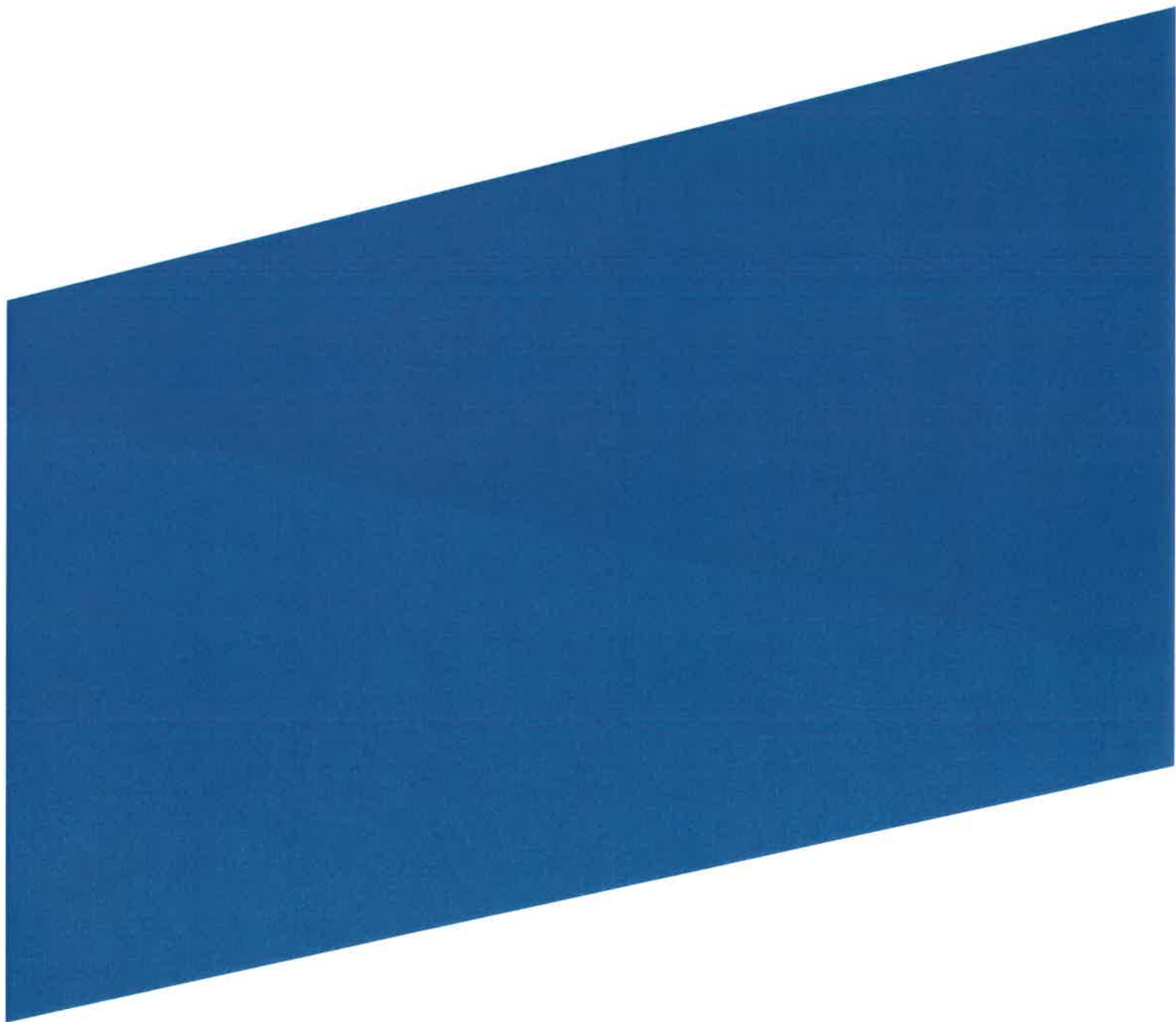
As provisões constituídas para investimentos financeiros, são criadas para acautelar perdas, com base nas diferenças entre os custos de aquisição de partes de capital e/ou outras aplicações financeiras e o respetivo valor atual dos capitais próprios.

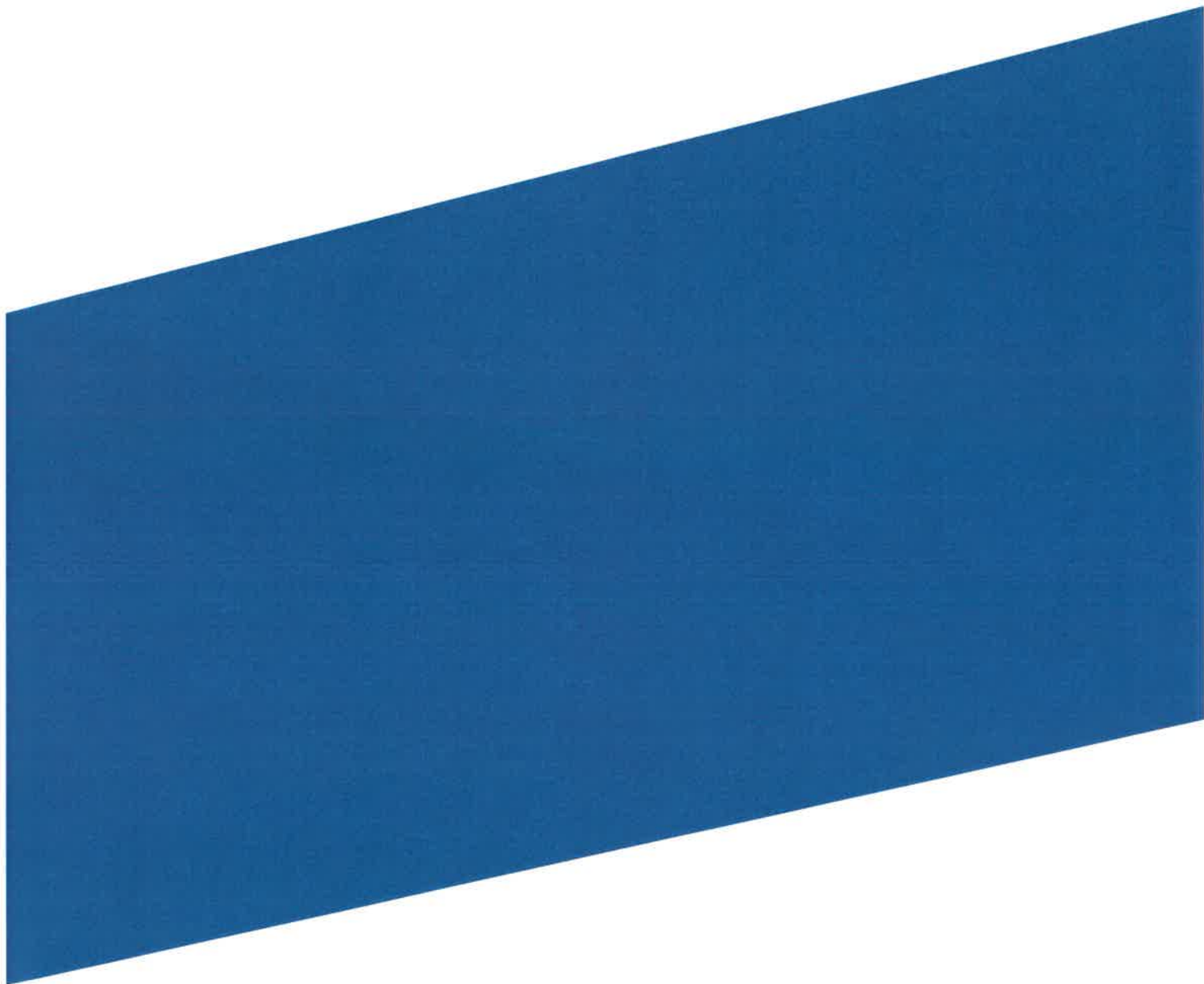
Mantem-se provisionado a perda do investimento na Oeiras Expo, no valor de 49.000 €, tendo sido anulada a provisão constituída para o ISQ- Instituto da Soldadura e Qualidade, no valor de 3.250€, uma vez que foram alienadas as ações detidas pelo Município (Proposta de Deliberação N° 770/2017 de 6 de dezembro).

Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Encargos com Contratos de Leasing e ALD

	2018	(Unidade: Euro)	
		Amortização	Juros + Outros Encargos
Município			
Aquisição da máquina digital DMC (leasins) (Municipal)		92 830	4 273
Parques Tejo			
BMW FS		5 960	-
Leaseplan		38 059	-
Renault BF		5 440	-
Finlog		13 829	-
	Total	156 117	4 273





Posição Económico Financeira

Análise Patrimonial

Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado reflete a posição financeira e patrimonial do conjunto de entidades que formam o grupo de consolidação do Município.

Porém, deve realçar-se o facto de que esta demonstração financeira relata informação à data de 31 de dezembro de 2018 em oposição à Demonstração de Resultados e ao Mapa dos Fluxos de Caixa que demonstram os movimentos ocorridos ao longo do período económico, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

Atendendo às participações financeiras detidas pelo Município que controla não só as suas políticas de gestão, mas também as políticas financeiras das entidades participadas, pelo que as contas destas devem fazer-se refletir nas contas deste se forem materialmente relevantes.

O balanço presta informação sobre os ativos do grupo, representando os bens e os direitos³ que possuem, e identifica a origem dos fundos utilizados ou investidos nesses ativos, mais especificamente se estes provêm da própria entidade ou se são considerados capitais alheios⁴.

O grupo que integra a consolidação do Município apresenta a seguinte evolução no que concerne à posição financeira.

³ Os ativos encontram-se divididos por imobilizado e circulante, consoante o tempo que se espera que o ativo seja detido pelas entidades.

⁴ À semelhança dos ativos, o passivo, ou capitais alheios também estão divididos por maturidades, ou seja, passivo de médio e longo prazo, que se espera que a sua exigibilidade ultrapasse um exercício económico, e de curto prazo, em que a sua exigibilidade ocorrerá no mesmo período económico.

(Unidade: Euro)

Balanço	2018	2017	Variação (%)
Imobilizado	567 435 530	572 105 141	-0,8
Bens e recursos naturais	77 334 093	81 653 683	-5,3
Imobilizações Incorpóreas	683 074	419 707	62,8
Imobilizações Corpóreas	472 365 288	471 039 595	0,3
Investimentos Financeiros	17 053 075	18 992 156	-10,2
Circulante	155 685 873	124 220 729	25,3
Existências	2 606 116	2 665 681	-2,2
Dívidas a Terceiros - CP	14 147 005	10 287 661	37,5
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	127 527 698	103 207 446	23,6
Acréscimos e Diferimentos	11 405 054	8 059 942	41,5
Total do Ativo	723 121 403	696 325 870	3,8
Fundos Próprios	651 588 153	630 782 423	3,3
Provisões para riscos e encargos	13 900 606	3 289 775	322,5
Dívidas a Terceiros - MLP	11 256 967	21 118 235	-46,7
Dívidas a Terceiros - CP	25 014 261	22 728 422	10,1
Acréscimos e Diferimentos	21 361 417	18 407 015	16,1
Total do Passivo	71 533 250	65 543 447	9,1
Total dos Fundos Próprios e Passivo	723 121 404	696 325 870	3,8

O ativo do grupo de consolidação apresenta um crescimento superior ao do período homólogo de 3,8% assente no crescimento do ativo circulante devido ao forte aumento dos depósitos em instituições financeiras, muito impulsionado pelo resultado líquido verificado.

Como expectável é o imobilizado que detém maior peso na constituição do ativo. No entanto, à que considerar que o Município atinge um valor fora do normal com depósitos em instituições bancárias, que por via desse facto o ativo circulante é fortemente impulsionado, tanto a nível individual, como no grupo de consolidado.

Composição do Ativo

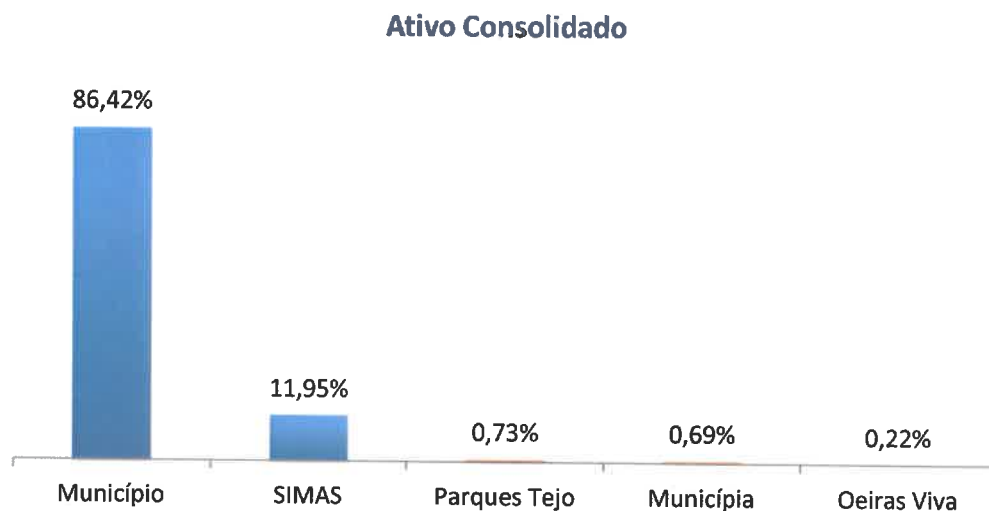


As imobilizações incorpóreas, registam uma variação de 62,8% face a 2017 e em termos absolutos um aumento de 263 367€, devido à atualização de software informático e da aquisição de direitos de autor relativo às atualizações da cartografia topográfica.

Nos investimentos financeiros verifica-se uma quebra de 1,9 milhões de euros, resultante da alteração do art.º 19º da Lei n.º 53/2017, de 25 de agosto, em que reduz o valor da subscrição do capital social no Fundo de Apoio Municipal,

Os Fundos Próprios apresentam um crescimento de 20 805 730€ em relação ao ano anterior, por via dos resultados transitados.

O contributo que cada entidade dá para a constituição do ativo espelha-se no gráfico seguinte:



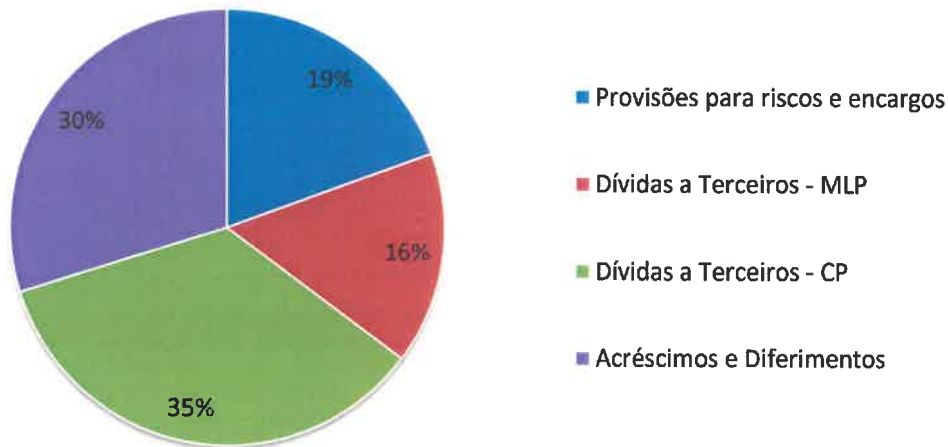
O Município detém 86% do total do ativo do grupo e somado com o SIMAS constituem 98%, retirando dessa forma qualquer expressividade ao contributo que as outras entidades inferem no ativo consolidado.

A componente dos fundos próprios apresenta um crescimento acentuado, por via do resultado líquido do Município de Oeiras.

No que diz respeito ao passivo verifica-se um ligeiro aumento assente no incremento das provisões para riscos e encargos, com a constituição da provisão como forma a acautelar o pagamento aos parceiros privados da Oeiras Expo a título indemnizatório, no âmbito de um acordo de transação judicial na ação e resolução da referida Parcerias Público ou Privadas e pelo aumento dos acréscimos e diferimentos.

Paralelamente regista-se na rúbrica de dívida a terceiros de médio e longo prazo uma diminuição bastante assinalável, por via da diminuição da dívida de empréstimo do Município.

Estrutura do Passivo Consolidado



Análise da Demonstração de Resultados Consolidados

A Demonstração de Resultados permite aferir o desempenho económico que o grupo consolidado obteve no ano de 2018 e permite avaliar a estrutura de gastos e de proveitos, evidenciando a dimensão da sua diferença.

Relativamente às Provisões do Exercício, verifica-se um acréscimo superior a 100%.

Atendendo aos resultados obtidos em 2018, os custos totais incorridos do grupo consolidado foram cobertos na sua totalidade pelos seus proveitos, apresentando ainda um excedente aproximado de 25 milhões de euros.

Os resultados operacionais registam um excedente de mais de 25,5 milhões de euros e os Resultados Correntes apresentam o valor aproximado de 26,9 milhões de euros.

Demonstração de Resultados Consolidados	(Unidade: Euro)		
	2018	2017	Variação (%)
CMVMC	62 512 173	60 348 431	3,6
Custos com o Pessoal	54 136 496	50 817 899	6,5
Transferências e Prestações Sociais	13 204 928	11 474 359	15,1
Amortizações do Exercício	11 984 242	12 100 613	-1,0
Provisões do Exercício	11 968 517	1 214 321	> 100,0
Outros Custos e Perdas Operacionais	1 132 674	456 712	148,0
Custos e Perdas Financeiras	813 310	1 176 819	-30,9
Custos e Perdas Extraordinárias	3 524 491	5 383 975	-34,5
Total Custos e Perdas	159 276 832	142 973 128	11,4
Vendas e Prestações de Serviços	47 883 301	50 126 402	-4,5
Impostos e Taxas	100 158 611	91 137 113	9,9
Trabalhos para a Própria Entidade	156 497	183 717	-14,8
Proveitos Suplementares	692 584	379 594	82,5
Transferências e Subsídios Obtidos	31 576 015	30 235 411	4,4
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	44 963	36 187	24,3
Proveitos e Ganhos Financeiros	2 217 629	2 035 484	8,9
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 898 538	13 638 142	-86,1
Total Proveitos e Ganhos	184 628 138	187 772 049	- 1,7
Resultado Líquido	25 351 306	44 798 921	-43,4
Resultados Operacionais	25 572 941	35 686 090	-28,3
Resultados Financeiros	1 404 318	858 664	63,5
Resultados Correntes	26 977 259	36 544 754	-26,2

No geral os custos e perdas aumentaram em cerca de 6,3 milhões de euros, e os proveitos e ganhos apresentam uma diminuição mínima de 3 milhões de euros.

A composição do resultado líquido, no que concerne ao contributo das entidades, apresenta uma estrutura diferente face a 2017, suportado uma quebra do resultado líquido do Município,

De referir ainda, que em sede de ajustamentos próprios do processo de consolidação de contas, tiveram que ser eliminados 3 milhões de euros do resultado líquido do Município uma vez que correspondiam a dividendos distribuídos pelos SIMAS.

A estrutura de custos apresenta um aumento face ao ano anterior. Neste contexto, importa salientar que esta situação deve-se ao aumento das Provisões do exercício por via do processo já identificado.

No geral os restantes custos apresentam um aumento face a 2017, com maior relevo nos custos com o pessoal em aproximadamente 3 milhões de euros.

Resulta das alterações legislativas ocorridas em 2018, com o aumento do rendimento mínimo mensal garantido, as valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível de escalão, promoções e nomeações em categoria ou postos superiores e a reposição do regime de trabalho suplementar previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei N° 35/2014, de 20 de junho, no que respeita aos acréscimos do valor da retribuição horária.

Os custos financeiros e extraordinários, são a exceção desta componente, uma vez que apresentam diminuições. No caso dos custos financeiros, têm uma relação direta com a diminuição do valor em dívida relacionada com empréstimos bancários.

Relativamente à rubrica de CMVMC (custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas) é à de Custos com o Pessoal é de referir que todas as entidades do perímetro de consolidação apresentam um aumento, sendo o Município com maior contributo para estes incrementos.

O impacto que as entidades imputam na estrutura de custos está refletido no gráfico infra.

Em suma verifica-se uma quebra na ordem dos 19 dos milhões de euros no resultado líquido que resulta de um aumento dos custos operacionais e uma diminuição dos proveitos.

Estrutura de Custos e Perdas Consolidada

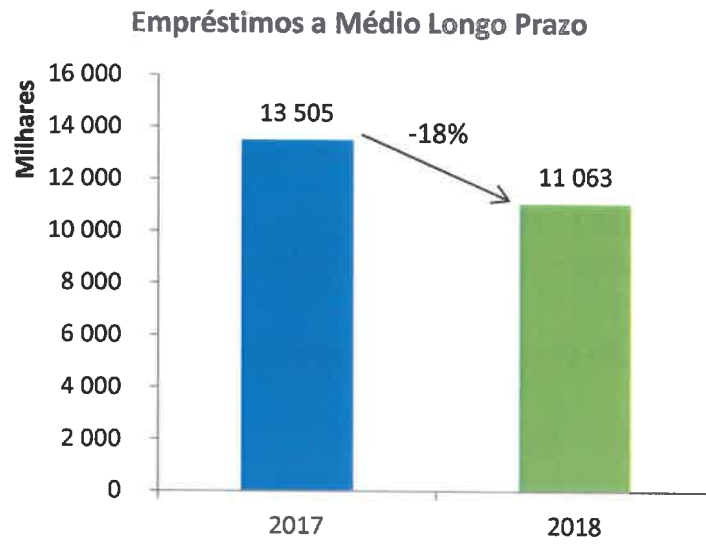


Dívida do Grupo Municipal

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, veio estabelecer o regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, com o intuito, entre outras coisas, de preencher uma lacuna existente no que diz respeito ao controlo do endividamento das entidades da Administração Pública, mais concretamente das autarquias locais. Neste contexto, o artigo 52.º deste diploma legal, impõe o limite da dívida total com operações orçamentais dos municípios, incluindo as contraídas pelas entidades do Setor Empresarial Local, sendo estabelecido que a dívida não poderá ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios, estando contemplado na legislação as penalizações a imputar às entidades que não o cumpram.

Porém, e não obstante existirem regras mais criteriosas e restritivas na obtenção de financiamento, esta ferramenta de gestão torna-se, em muitos casos, indispensável à prossecução dos objetivos das entidades.

Alinhado com a tendência decrescente dos últimos anos, os empréstimos de médio e longo prazo apresentam uma diminuição de 18% face a 2017, representando em termos absolutos uma diminuição superior a 2,4 milhões de euros.



Indicadores de Natureza Patrimonial

Não obstante as demonstrações financeiras transmitirem informação de forma direta, encontra-se subjacente um conjunto de indicadores que se revelam bastante úteis na tomada de decisão por parte do executivo.

Rácios / Indicadores	2018	2017
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo / Ativo Total	81,81%	82,16%
Ativo Circulante / Ativo Total	18,19%	17,84%
Estrutura do Passivo		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	15,74%	32,22%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	34,97%	34,68%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	45,00%	92,92%
Rácios de Liquidez		
Liquidez Geral	677,42%	546,54%
Liquidez Reduzida	667,00%	534,82%
Prazo Segurança de Liquidez	393	325
Análise Ativo Fixo		
Ativo Fixo / Endividamento MLP	6770,03%	2709,06%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	25,54%	24,36%
Análise Passivo Exigível		
Coefficiente de Endividamento a Curto Prazo	7,22%	6,56%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo	3,25%	6,10%
Rácios de Rendibilidade		
ROE	3,89%	7,10%
ROI	2,72%	6,43%
ROA	2,75%	5,12%
Rendimento do Investimento Total	25 351 306	44 794 626
Rendimento dos Fundos Próprios	17 732 388	40 578 218
Rendimento dos Capitais Alheios	1 946 713	4 216 408
Rácio de Cobertura		
Resultado Operacional / Serviço da Dívida	7,86	8,54
Cobertura Ativo Fixo por Capitais Próprios	85,50%	110,26%
Cobertura Ativo Fixo por Capitais Permanentes	86,98%	114,52%
Índice de Solvência		
Fundos Próprios / Passivo	910,89%	962,39%
Ativo Líquido / Passivo	1302,26%	1062,39%
Autonomia financeira	69,95%	90,59%
Ativo Líquido (excluindo bens de domínio público) / Passivo	1194,15%	937,81%

O peso do ativo circulante tem vindo paulatinamente a ganhar dimensão no total do ativo, por via do aumento das disponibilidades, nomeadamente dos depósitos em instituições bancárias.

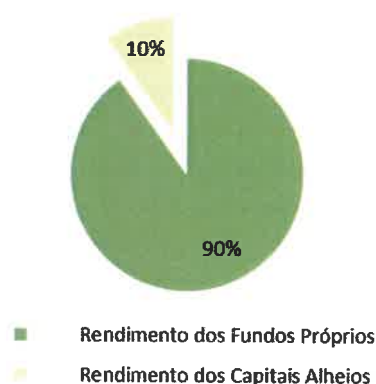
À semelhança do referido também o passivo de curto prazo tem vindo a ganhar peso no total do passivo, não pelo seu crescimento, mas sobretudo pela maior diminuição do passivo de médio e longo prazo.

No que respeita ao aumento das disponibilidades, os rácios de liquidez apresentam uma melhoria, passando mesmo o prazo de segurança de liquidez para mais de um ano, ou seja, os custos operacionais estão cobertos pelo ativo circulante expurgado das existências pelo período superior a um ano.

A diminuição registada no resultado operacional, em simultâneo com a diminuição do serviço da dívida, resultou numa diminuição do rácio de cobertura.

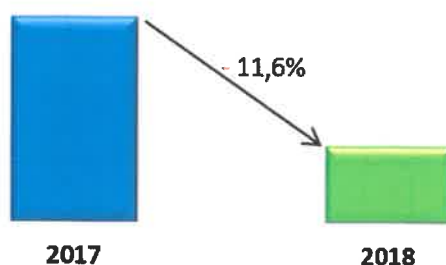
Os fundos próprios representam mais de 9 vezes o valor do passivo, mantendo-se a autonomia financeira em 90%. Isto significa que quanto maior a proximidade dos 100% menor é a exposição ao capital alheio a que está sujeita a posição financeira do grupo de consolidação.

Rendimento do Investimento Total



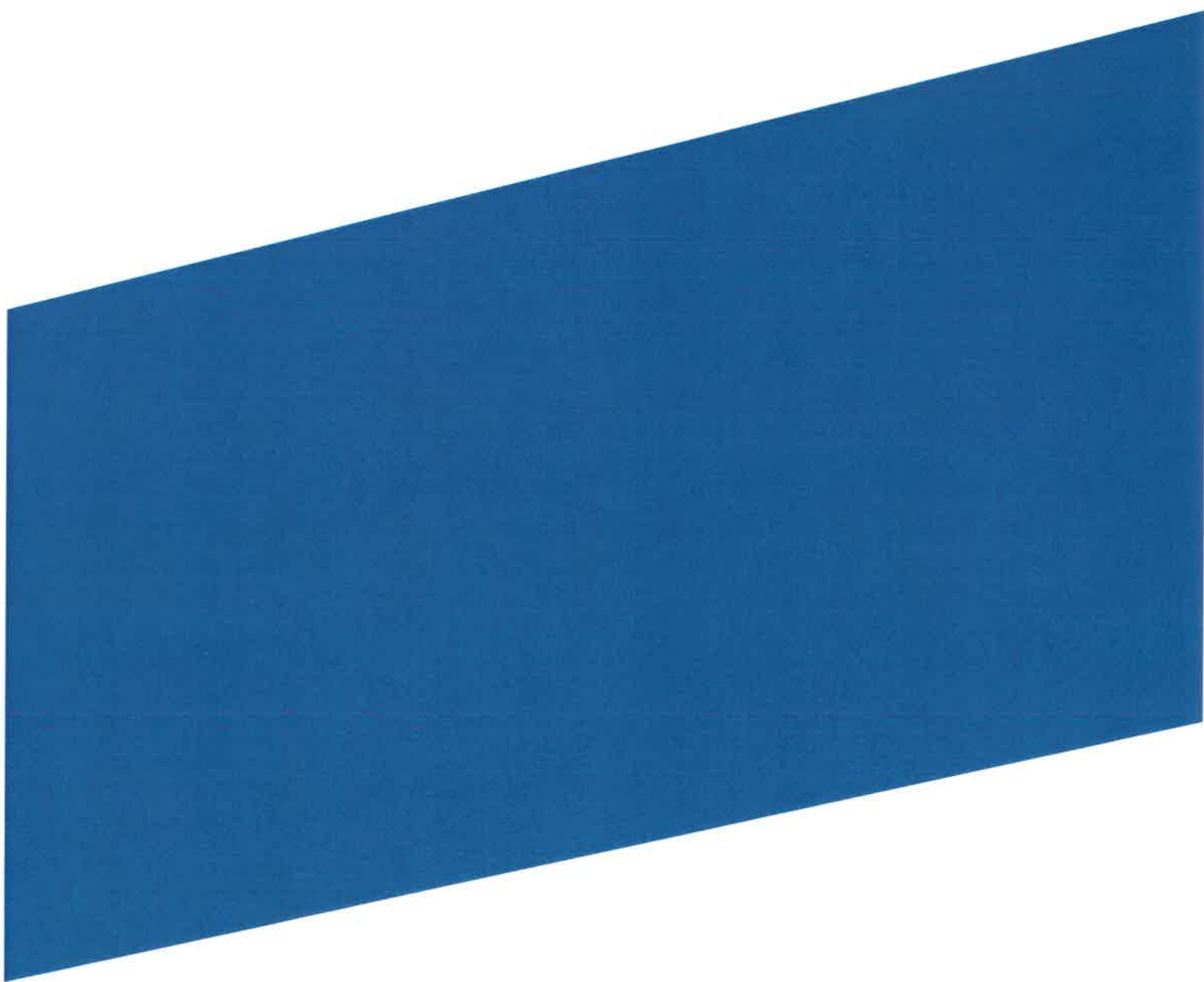
A exigência de amortização de capital, referente à parte de empréstimos reembolsados no período, mais os respetivos custos financeiros suportados com juros, diminuiram face ao ano transato em mais de 11%.

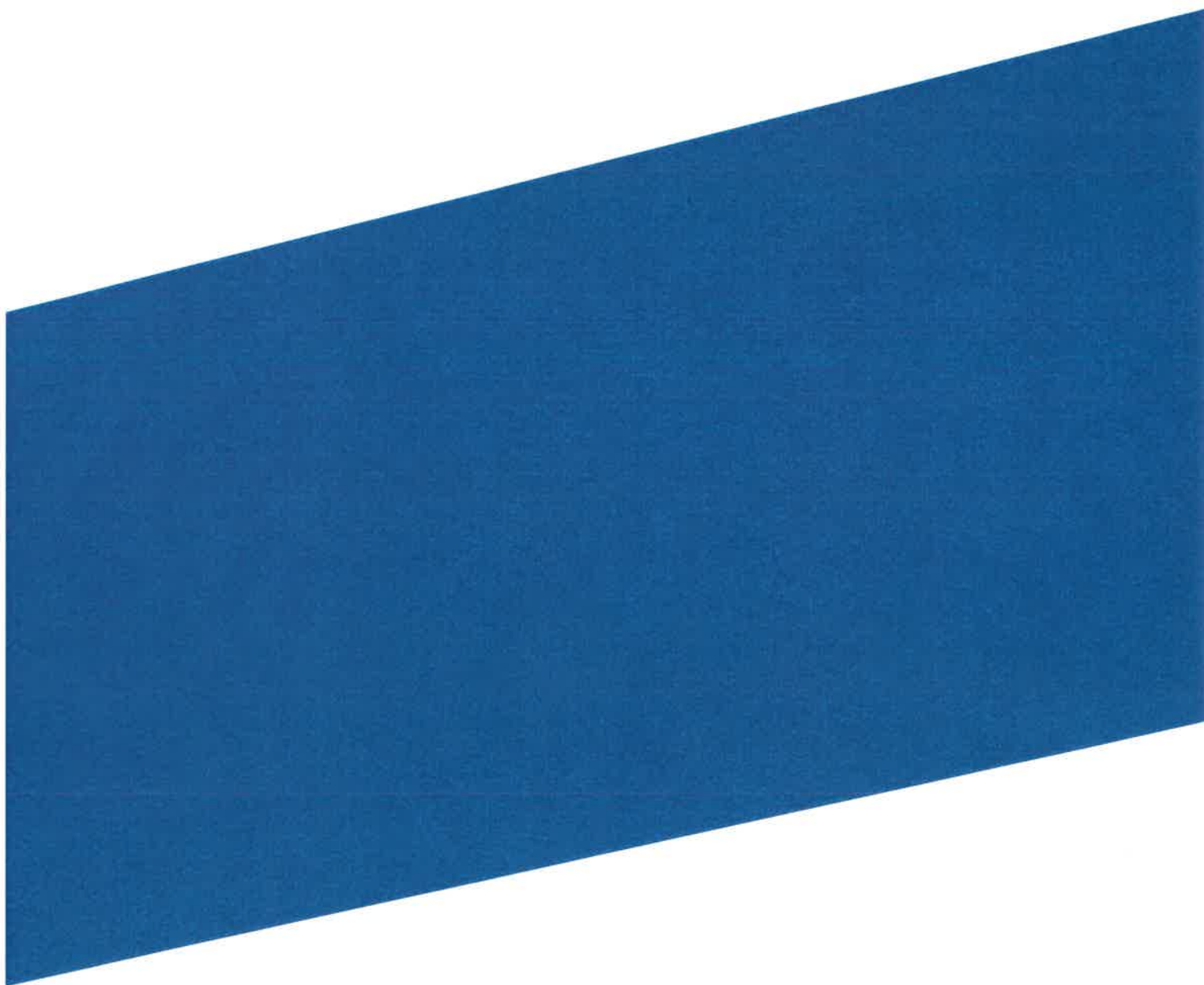
Serviço da Dívida



Com base no exposto, as ilações relativas à situação financeira do grupo consolidado são robustas, apresentando indicadores económicos e financeiros apreciáveis, atendendo ao paradigma nacional.

Porém, não se pode dissociar do facto, a constante redução do perímetro de consolidação que nos últimos exercícios foi ocorrendo, por via da extinção de entidades que contrariavam um pouco a realidade aqui retratada.





Encerramento

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS do ano de 2018, que contêm 54 páginas que antecedem e incluem a atual, estão devidamente numeradas, e são levadas a Reunião de Câmara para aprovação e subsequentemente submetidas à Assembleia Municipal para apreciação, nos termos dos artigos 75º e 76.º n.º 2 da Lei n.º 73/2013.

Orgão executivo
Em ... de de
.....

Orgão deliberativo
Em ... de de
.....

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
PORTUGAL

TEL. GERAL: 214.408.300
FAX. 214.418.712
email. municipio.oeiras@cm-oeiras.pt

www.cm-oeiras.pt

www.facebook.com/MunicipiodeOeiras
<http://twitter.com/MunicipioOeiras>
<http://issuu.com/municipiodeoeiras>
www.youtube.com/MUNICIPIODEOEIRAS

GPS: Lat 38,41'34,44"N | Long. 9°18'52,54"O

RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS



Um **NOVO CICLO**
de Desenvolvimento